

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

MAÍZA DIAS WANDERLEY

**A OFERTA DA MODALIDADE EAD NOS CURSOS SUPERIORES EM
TECNOLOGIA NO CAMPUS PALMAS DO IFTO**

Palmas - TO

2016

MAÍZA DIAS WANDERLEY

**A OFERTA DA MODALIDADE EAD NOS CURSOS SUPERIORES EM
TECNOLOGIA NO CAMPUS PALMAS DO IFTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora do CST em Gestão Pública
como exigência final para obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins/Campus Palmas.

Orientadora: Prof.^a Ma. Gislene Magali da
Silva

Palmas - TO

2016

Wanderley, Maiza Dias
A oferta da modalidade EaD nos cursos superiores em
tecnologia do campus Palmas no IFTO / Maiza Dias Wanderley- Palmas, 2016. 76 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação
Tecnológica em Gestão Pública) - Instituto Federal
de Educação do Tocantins, Campus Palmas, 2016.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Gislene Magali da Silva

1. Modalidade a distância 2. Ensino superior de tecnologia 3.
Metodologia I. Título

MAÍZA DIAS WANDERLEY

**A OFERTA DA MODALIDADE EAD NOS CURSOS SUPERIORES EM
TECNOLOGIA NO CAMPUS PALMAS DO IFTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora do CST em Gestão Pública
como exigência final para obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins/Campus Palmas.

Aprovado (a) em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ma. Gislene Magali da Silva – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Prof. Esp. Luiz Antônio Lopes Toledo – Componente da Banca
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Prof. Me. Madson Teles de Souza – Componente da Banca
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para enfrentar as dificuldades e por ter permitido que tudo isso acontecesse na minha vida, não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos. Ele é o maior mestre que alguém pode conhecer.

À minha família, em especial à minha mãe Maurisa, à minha avó Maria, à minha tia Maurizam, aos meus irmãos Kássio e Sarah pelo amor e incentivo nas horas difíceis de desânimo e cansaço. Ao meu noivo Luiz Tarlis que durante esses anos tem se mostrado um excelente companheiro em todos os momentos compreendendo, principalmente, os momentos de ausência e de inquietude. Amo vocês.

Deixo registrado meu agradecimento a Manoel Bulhões, meu tio-avô, que, apesar de já estar nos braços do Deus, foi peça fundamental para a concretização desse sonho.

Aos meus amigos Gislaine, Maria Aparecida e Sérgio, que foram meus companheiros de formação e irmãos na amizade. Continuarão presentes na minha vida com certeza. Obrigada por terem transformado os momentos de fardo em leveza e alegria.

Agradeço também minha orientadora professora Ma. Gislene Magali da Silva pelo apoio, incentivo, confiança, paciência e amizade.

E por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

A educação a distância exige dos educadores e educandos uma reflexão ampla e integrada que os levem a repensar conceitos de educação e tecnologia. Foi nessa perspectiva que esse trabalho se constituiu em um estudo de caso, cuja questão norteadora foi analisar a oferta da modalidade EaD nos cursos superiores em tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Campus Palmas. A metodologia aplicada para obtenção de resultados ocorreu por meio da abordagem qualitativa. O método utilizado para realizar a pesquisa foi o Survey Monkey. Os questionários online e presenciais foram os instrumentos. Eles serviram para detectar a percepção de dois públicos-alvo em quatro cursos superiores de tecnologia no período letivo de 2016. Levando em consideração que a grande maioria dos alunos é estudante e trabalhador e convive com a realidade estressante do dia a dia, é evidente que várias situações acarretam desmotivação como atrasos, dificuldade de acompanhar a turma e assimilar os conteúdos e a distância, que impede a agilidade de locomoção. Pensando nessa realidade, o estudo sobre a utilização de 20% do ensino a distância nos cursos superiores ocorreu através de um estudo de caso com atores dos cursos superiores de tecnologia. Vale destacar que as pesquisas mostraram que apesar de a metodologia de oferta a distância estar regulamentada, percebe-se o descompromisso dos gestores em apresentar e disponibilizar condições de utilização para o âmbito acadêmico. Os atores envolvidos com os cursos superiores de tecnologia também não compartilham a mesma visão na implementação da metodologia.

Palavras-chave: Modalidade a distância. Ensino superior de tecnologia. Metodologia.

ABSTRACT

Distance education requires that educators and students a comprehensive and integrated reflection, leading them to rethink concepts of education and technology. It was in this perspective that this work constituted a case study, which, guiding question was to examine whether there, is supply of distance education mode in the top courses in technology at the Federal Institute of Education, Science and Technology in Campus Palmas. The methodology applied to achieve results was through a qualitative approach. The method used to carry out research is Survey Monkey. Questionnaires online was the instruments. They served to detect the perception of two target audiences in four higher education courses in technology in the 2016 school year. Taking into account that the vast majority of students are students and workers and live with the stressful reality of day to day, it is clear that several situations may entail consequences such as demotivation, delays, difficulty in following the class or even the assimilation of the contents, the distance that prevents the agility of movement. Thinking about this reality, the study on the use of 20% of distance education of higher education took place through a case study with stakeholders of higher education technology. It is worth noting that research has shown that despite the distance to offer methodology is regulated perceives the lack of commitment of managers to present and provide conditions of use for this academic field. And the actors involved with higher education courses in technology too do not share the same vision with the implementation of the methodology.

Keywords: Distance mode. Higher education technology. Methodology.

LISTA DE ABREVIATURAS

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior

APP - Atividade Prática Presencial

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CVMD - Comissão de Acompanhamento e Validação de Materiais Didáticos

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CST - Curso Superior em Tecnologia

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DED - Diretoria de Educação a Distância

EaD - Educação a Distância

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

ETF - Escola Técnica Federal

IES - Instituição de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

ODP - Organização Didático-Pedagógica

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PPC - Projeto Pedagógico dos Cursos

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PCEADIS - Pesquisa Científica em Educação a Distância

RIVED - Rede Internacional Virtual de Educação

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SETEC - Serviços Técnicos Gerais de Campinas

SEED - Secretaria de Educação a Distância

SEB - Secretaria de Educação Básica

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNB - Universidade de Brasília

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso

UFPA - Universidade Federal do Pará

UAB - Universidade Aberta do Brasil

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Perfil do gênero dos docentes.....	44
GRÁFICO 2 - Nível de formação dos docentes.....	45
GRÁFICO 3 - Tempo de serviço no IFTO- campus Palmas	45
GRÁFICO 4 - Perfil do gênero dos discentes	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Regulamentação da Modalidade EaD na Percepção dos Docentes	47
TABELA 2 - Aplicabilidade e Utilização da Modalidade EaD na Percepção dos Docentes..	48
TABELA 3 - Relevância da Modalidade EaD na Percepção dos Docentes	49
TABELA 4 - Regulamentação da Modalidade EaD na Percepção dos discentes	51
TABELA 5 - Aplicabilidade e Utilização da Modalidade EaD na Percepção dos Discentes.	53
TABELA 6 - Relevância da Modalidade EaD na Percepção dos Discentes	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Parâmetros para avaliação dos Documentos Institucionais.....	43
QUADRO 2 - Análise do Contexto da Modalidade EaD nos PPCs Superiores em Tecnologia do IFTO	43

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Solicitação de Respostas aos Questionários	40
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1. A Educação Brasileira: Seus Níveis e Regulamentos	18
2.2. O Ensino Superior Brasileiro e o Ensino Profissionalizante	19
2.3. As Perspectivas Educacionais	22
2.4. A Educação no Modelo a Distância	23
2.4.1. O atual cenário da EaD no Brasil	25
2.4.2. Modalidades de educação a distância no Brasil	27
2.4.3. A universidade aberta do Brasil.....	29
2.4.4. A Rede e-Tec Brasil	30
2.5. O Ensino superior de Tecnologia no Instituto Federal do Tocantins	32
2.5.1. O campus Palmas	34
2.5.2. O Ensino superior de tecnologia do campus Palmas.....	35
3. METODOLOGIA	38
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	42
4.1. Os documentos Institucionais.....	42
4.2. A leitura da percepção dos docentes.....	44
4.3. A percepção dos discentes.....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	59
ANEXO I	63
APÊNDICE A.....	65
APÊNDICE B	66
APÊNDICE C	71

1. INTRODUÇÃO

De acordo a Constituição Federal Brasileira a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. O artigo 205 prevê que seja “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Olhando sob o prisma de ensino de qualidade e acesso facilitado, os avanços tecnológicos contribuem para incentivar e promover a educação como legisla o artigo 205 citado acima. O ensino na forma presencial já não é único método válido, pois a tecnologia permite o ensino a distância. Embora essa conste nos decretos sobre a oferta no ensino superior, para que faça parte das novas modalidades de ensino em nosso país e seja uma forma eficaz de ensinar, essa prática ainda é desconhecida e distante para grande parte da comunidade acadêmica. Ainda não houve a devida apropriação dessa ferramenta. Essa é a razão que justifica esse estudo sobre a educação a distância (EaD) dos cursos de tecnologia do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), especificamente no campus Palmas

Na Era da Informação, o ensino a distância é um instrumento fundamental para a promover oportunidades. Muitas pessoas, antes impedidas de concluir um curso superior de qualidade e abraçar novas oportunidades profissionais, agora têm a oportunidade de concretizá-lo. De acordo com Maia & Mattar (2007), a educação a distância atualmente é praticada nos mais variados setores. Ela é usada na educação básica e no ensino superior, em universidades abertas, universidades virtuais, treinamentos governamentais, cursos abertos etc. O crescimento é explosivo no mundo inteiro. A EaD serviu para implementar novos projetos educacionais voltados às mais diversas situações tais como: cursos profissionalizantes, capacitação para o trabalho ou divulgação científica, campanhas de alfabetização e também estudos formais em todos os níveis e campos do sistema educacional.

Ela é um modelo inovador e é fato que é um recurso a mais para promover a educação. Pensando no potencial que pode oferecer em termos de graduação, surgiu a ideia de se fazer um estudo sobre tal modalidade junto aos cursos de tecnologia do IFTO.

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC), surge um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica. A base dos Institutos é um conceito de educação profissional e tecnológica voltado, principalmente, para a pesquisa aplicada em tecnologia o que viabiliza a utilização das ferramentas de comunicação com práticas telepresenciais.

Para que haja uma interação entre a instituição, os acadêmicos e a EaD, é necessário que essa modalidade, ofertada de forma complementar no IFTO, passe a ser traduzida nas propostas curriculares. Já existe a legislação que ampara e legaliza que 20% da carga horária total dos cursos superiores pode ser ofertada a distância. A utilização da modalidade a distância agrega tanto a formação acadêmica, quanto a preparação para o trabalho e também potencializa a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

Tal estudo se mostrou interessante e desafiador, pois se trata de uma proposta inovadora que facilita o desenvolvimento do aluno e a prática do professor. Devido ao fato de a pesquisadora ser aluna da instituição de ensino e não perceber a utilização dessa modalidade de forma efetiva no curso de tecnologia do eixo tecnológico de Gestão e Negócios, a pesquisa teve como problematização a busca de respostas para o seguinte questionamento: Como está configurada a oferta da modalidade EaD dentro dos cursos superiores em tecnologia no Campus Palmas/ IFTO?

Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida em três momentos. No primeiro momento, buscou-se autores e documentos com a finalidade de embasar o estudo sobre a educação a distância como instrumento pertinente de apoio pedagógico junto aos cursos de tecnologia do campus Palmas. Esse estudo teve como objetivo geral analisar a oferta da modalidade EaD nos cursos de tecnologia do campus Palmas e como objetivos específicos, investigar a regulamentação da modalidade EaD nos documentos institucionais do Campus Palmas; averiguar a aplicabilidade e utilização da modalidade EaD nos cursos tecnológicos e, por fim, verificar a relevância da modalidade EaD nos cursos tecnológicos junto a seus públicos.

No segundo momento, foi realizado um estudo de caso com os estudantes e professores dos cursos de Tecnologia em Agronegócio, Gestão Pública, Gestão em Turismo e Sistemas para Internet do IFTO.

No terceiro momento, deu-se a análise dos documentos institucionais para evidenciar se de fato a modalidade a distância está inserida e contextualizada nesses documentos. Além disso, nessa etapa foi realizada a descrição dos resultados obtidos na pesquisa. De modo geral, esse momento refere-se à descrição dos fatos verificados *in loco*, e a discussão girou em torno de pontos sobre a realidade dos fatos a serem interpretados.

Nesse contexto, a viabilização da pesquisa ocorreu por análise documental e pelo estudo de caso nos cursos superiores de tecnologia do campus Palmas/IFTO com o intuito de averiguar se há regulamentação da educação a distância nos documentos institucionais orientadores e qual a percepção dos estudantes e dos docentes para a aplicabilidade desta metodologia a distância.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A Educação Brasileira: Seus Níveis e Regulamentos

A educação no Brasil teve seu início, propriamente dito, no fim do regime de capitanias e nossos primeiros professores foram os padres jesuítas, José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. Essa experiência dos jesuítas sintetizou-se em um conjunto de normas e estratégias chamadas “*Ratio Studiorum*” (Ordem dos Estudos) que teve como objetivo a formação integral do homem cristão, isso de acordo com a fé e a cultura predominante daquele tempo. Muitos anos passaram e estivemos sob a grande influência educacional colonialista, até que em 1889 foi proclamada a república e atualmente vivemos no regime republicano do qual passamos no mínimo por seis fases políticas, desde 1989 até 2005, que institucionalizaram e reformularam a legislação de ensino em nosso país. No intuito de trazer um sistema educacional que contemplasse todos os parâmetros para uma educação de excelência, as leis institucionais do ensino brasileiro surgem com propostas a completar as novas noções educativas e acompanhar o desenvolvimento tecnológico do momento. Neste contexto, surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996.

A LDB conhecida popularmente como “Lei Darcy Ribeiro”, em homenagem ao importante educador e político brasileiro, que foi um dos principais formuladores desta lei. A LDB que apresenta um conjunto de leis, decretos, pareceres e resoluções referentes aos níveis de educação do Brasil, que tem por finalidade assegurar a formação comum e o exercício da cidadania.

Anterior a LDB várias outras leis tratavam e fixavam diretrizes para a educação brasileira. Dentre elas a Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961 fixava as diretrizes e bases da Educação Nacional. E já no seu artigo 1º era relatado que a educação nacional era inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana e tinha como um dos principais objetivos preparar o indivíduo e a sociedade como um todo para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que permitissem vencer as dificuldades do meio. (BRASIL, 1961).

Outras vieram para direcionar a educação ao período político brasileiro. A Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971 fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, além de dá outras providências. E já no seu artigo 1º coloca que a educação se propõe para uma formação para o trabalho e o preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971).

Porém sabe-se que este exercício consciente da cidadania seguia regras, visto que o Brasil passava por um dos momentos mais críticos de sua história, a ditadura militar.

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a Lei de nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. É fato que a LDB foi um marco para a educação brasileira. Em seu artigo 2º fala que a educação é um dever da família e do Estado, sendo inspirada pelos princípios da liberdade e nas ideais da solidariedade humana, onde tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A LDB explicita de forma clara os níveis de ensino. Orienta que o ensino médio é a etapa final da educação básica, o que concorre para a construção de sua identidade. Tal característica finalizadora significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permita continuar aprendendo.

Nessa concepção, a Lei nº 9.394/96 mudou no cerne a identidade estabelecida para o ensino médio contida na referência anterior, a Lei nº 5.692/71, cujo 2º grau se caracterizava por uma dupla função: preparar para o prosseguimento de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica (BRASIL, 1996).

2.2. O Ensino Superior Brasileiro e o Ensino Profissionalizante

Ao contrário dos outros países da América, de origem espanhola e inglesa, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial, o Brasil esperou até o final do século XIX para ver surgir as primeiras instituições culturais e científicas deste nível, isso quando da vinda da Família Imperial ao País. A primeira universidade foi surgir somente em 1912.

Em 1808, com a vinda da família real, é que surgiu o primeiro interesse de se criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro: em fevereiro de 1808 surge o Colégio Médico Cirúrgico da Bahia e em abril do mesmo ano a cadeira de Anatomia é criada no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Em 1810, o Príncipe Regente assinou a carta de Lei de 4 de dezembro, criando a Academia Real Militar da Corte, que anos mais tarde se converteria na Escola Politécnica; o Decreto de 23/02/1808, que instituiu uma cadeira de Ciência Econômica; e o

Decreto de 12/10/1820, que organizou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois convertida em Academia das Artes.

Por esse passado, o ensino superior se firmou com um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Além de elitista, já que só atendia aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão.

O fato dos cursos implantados no País terem se voltado ao ensino prático - engenharia militar e medicina - e serem ministrados em faculdades isoladas, marcou de forma contundente o ensino superior no Brasil e explica muitas distorções que até hoje estão marcadas em nosso sistema. (SOUZA, 1991)

Neste contexto surge a criação de sociedades civis para amparo de crianças órfãs e abandonadas. As mais importantes foram os Liceus de Artes e Ofícios, dentre os quais os do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Em 1909 o presidente Nilo Peçanha instala 19 escolas de Aprendizizes Artífices destinadas “aos pobres e humildes”, em vários estados. Eram escolas similares aos Liceus de Artes e Ofícios, porém voltadas para o ensino industrial. Em 1931 na Reforma Francisco Campos, o Decreto Federal nº 20.158/31 organizou o ensino profissional comercial. A Reforma de Gustavo Capanema em 1942, institui as Leis Orgânicas da Educação Nacional do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42). Com isso são criadas entidades especializadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e transformadas as antigas Escolas de Aprendizizes Artífices em estabelecimentos de ensino industrial (MANFREDI, 2002).

Somente em 1961 os estabelecimentos de ensino industrial recebem a denominação de Escolas Técnicas Federais. A Lei Federal nº 5.692/71 que reformula a Lei Federal nº 4.024/61 generaliza a profissionalização no ensino médio, então, denominado segundo grau e transforma o modelo humanístico/científico em científico/tecnológico. Com a adoção do Programa Intensivo de Formação de Mão de obra no Brasil em 1978 a Lei nº 6.545 transforma a Escola Técnica Federal de Minas Gerais, Paraná e do Rio de Janeiro nos três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

A implantação dos CEFETs vem ao encontro do novo cenário econômico na década de 1980, que se estabeleceu, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços. Para atender a essa demanda, as instituições de educação profissional vêm buscando diversificar programas e cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta. Com os novos avanços, em 1994 a Lei Federal nº 8.948/94 cria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica cobrindo todo o território nacional, assim a Rede Federal presta um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos

setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo (MANFREDI, 2002).

Já em 2006 surge uma proposta para reorganização da educação superior, a educação tecnológica. Através do parecer CNE/CES Nº 227/2006, aprovado em 07/12/2006, encaminha uma proposta de reorganização da educação profissional e tecnológica de graduação, segundo uma nova metodologia que reúne os cursos em grandes eixos temáticos, pois conforme o parecer do relator Luiz Bevilacqua a origem do acelerado desenvolvimento tecnológico no ensino superior tem como fatores: a introdução da computação em diversos níveis e a capacidade de observação em escala macro e escala nano.

A partir disso, foi inserido sobre os cursos superiores e tecnológicos um catálogo como forma de unificação dos procedimentos educacionais entre os diversos cursos.

Os cursos a que se refere o processo encaminhado pelo MEC focaliza uma educação profissional e tecnológica. Estão, portanto, dentro do contexto descrito acima e de uma necessária interação disciplinar. Entende-se que a clássica organização, constante do Anexo A do Parecer CNE/CES nº 436/2001-áreas profissionais - encontra-se superada, devendo ser mantidas as cargas horárias mínimas constantes do Catálogo nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, implantado pelo Decreto nº5.773, de 9 de maio de 2006.

A reorganização de cursos em eixos mais compactos favorece a reestruturação disciplinar, evitando redundâncias, inflexibilidade curricular e modernizando a oferta de disciplinas. Uma das vantagens dessa nova reorganização é a possibilidade de transitar entre cursos semelhantes com mais facilidade. (MEC, 2006).

Para dar respaldo a essa nova modalidade de ensino a Rede Federal de educação transforma-se em uma instituição educativa de nível técnico, tecnológico e superior e vivência a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2010. O Ministério da Educação entregou à população as 214 previstas no plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Além disso, muitas outras escolas foram federalizadas e receberam o benefício do ensino técnico e superior.

Segundo registros do MEC (20015) foram investidos mais de R\$ 3, 3 bilhões entre os anos de 2011 e 2014, na expansão da educação profissional. Das 208 novas unidades previstas para o período, todas entraram em funcionamento, totalizando 562 escolas em atividade. São 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. A Rede Federal ainda conta

com instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas que também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades e uma Universidade Tecnológica (MEC, 2005).

2.3. As Perspectivas Educacionais

No ano de 1994, na cidade de Paris, França, foi realizado o terceiro encontro da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, organizada por Jacques Delors e promovida pela UNESCO. Das experiências desse evento foram reiteradas as diretrizes para a educação atual, as quais estão fundamentadas no documento denominado “Quatro pilares da educação” (UNESCO, 1999).

No documento, a educação deve organizar-se em torno do: aprender a conhecer: aprender a aprender e a beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida; aprender a fazer: adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações, a trabalhar em equipe e também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho; aprender a viver em sociedade: realizar projetos comuns e preparar para gerir conflitos - no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz a partir do desenvolvimento da compreensão do outro e da percepção das interdependências; aprender a ser: agir com maior capacidade de discernimento, de autonomia e de responsabilidade pessoal para melhor desenvolver a sua personalidade. Não negligenciando na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas e aptidão para uma clara comunicação e interação com o outro (UNESCO, 1999).

Com base nisso, existe hoje, definida pela LDB, segundo Niskier (1997), três modalidades de ensino: presencial, semipresencial e a distância. Seguindo essa diretriz, todas as modalidades devem ter como objetivo principal a efetivação do processo de aprendizagem do educando e sua formação como um todo - competência cognitiva e competência social/afetiva, bem como as habilidades inerentes a estas. A modalidade de educação denominada presencial é um modelo sistemático e organizado de ensino, sendo estruturado e administrado segundo determinadas leis e normas, apresenta um currículo relativamente rígido em termos de objetivo, conteúdo programático e metodologia, e é caracterizado por um processo contínuo de ensino que envolve o tripé professor/ educando/escola (NISKIER, 1997).

Nos modelos denominados semipresencial ou a distância a organização e estruturação não estão bem definidas, como há na presencial. Isso porque apresentam variedades de situações educativas, caracterizada pela interrupção das variáveis que caracteriza o ensino presencial como o tempo, espaço, presencialidade, conteúdo e rigidez no cronograma, ou mesmo da necessidade de inserir currículos e metodologias flexíveis às áreas. A metodologia flexível possibilita ao educador rever sua estrutura de ensino a favor da aprendizagem e coloca os alunos como corresponsáveis pela qualidade do processo educacional ao qual estão inseridos. (MEC, 2003).

Quando se fala em educação a distância não se pode esquecer que seu desenvolvimento está diretamente ligado aos grandes avanços da modernidade. O primeiro a se destacar é a geração de sociedades complexas que fazem das tecnologias uma necessidade quase que insubstituível no cotidiano das pessoas, principalmente no quesito comunicação (televisão, vídeos, celulares, computadores e etc.). Esse avanço incontestável, das tecnologias informativas e comunicativas, marca um novo cenário para o modelo educacional em nosso país, os chamados EaDs.

2.4. A Educação no Modelo a Distância

A modalidade a distância sugere um sistema bidirecional com vertente para o atendimento as mais variadas demandas de alunos e a substituição da interação pessoal, entre aluno e professor, com ações sistemáticas dos diversos recursos didáticos e de apoio tutorial, a fim de propiciar uma aprendizagem independente e flexível. A vantagem está na possibilidade de estender o ensino a muitas pessoas e lugares diversos. Isso porque a característica evidente da EaD é que substitui a interação pessoal professor/aluno na aula, esse modelo muda totalmente o sistema tradicional dessa interação, produzidas em um espaço e tempo específicos e simbólicos.

Essa nova modalidade educacional permite separar os espaços e diferenciar os tempos que ambos utilizam. É evidente que essa prática não implica na ausência de interação pessoal entre alunos e professores, apenas se supõe que, na maioria das vezes, os métodos de interação direta são substituídos pelo método de interação indireta, pois essa compõe uma característica muito peculiar da modalidade a distância (ALONSO, 2009).

Esse método de interação indireta entre aluno e professor deve ocorrer através de uma ação sistemática e conjunta, tendo como apoio diversos recursos didáticos e o apoio de uma

organização de gestão e tutoria na prática do ensino-aprendizagem, que seja eficaz nesta transição de espaço e tempo, sem prejuízo para os alunos. É importante lembrar ainda, que a tutoria será o elo de interação direta entre docente e discente, mesmo que sua função seja diferente das aulas presenciais. O resultado desta ação sistemática e conjunta é a consequência de uma aprendizagem independente e flexível. Contudo, a independência na aprendizagem está intimamente relacionada com o nível de conhecimento que o aluno possui, pois será mais fácil para o aluno se tiver maiores competências e habilidades cognitivas possíveis. Em suma pode-se dizer que a própria natureza desta modalidade de ensino implica a partir da ideia de que cada aluno ajustará seu ritmo de progresso na aprendizagem a suas próprias características de conhecimentos cognitivos, de tempo disponível, ao espaço e etc. (ALONSO, 2009).

O conceito global que ora é atribuído a educação a distância é o de educação permanente, isso devido a fatores que corroboram na linha de atividades extraclasse, pois em alternância com a educação presencial pode contribuir expressivamente para a aprendizagem permanente de uma pessoa.

Como se sabe a aprendizagem permanente pode ser do tipo formal, não formal e informal que também podem acontecer presencialmente ou a distância. Essas oportunidades são oferecidas através das tecnologias de informação e da comunicação para o ensino e aprendizagem permanente a distância de qualquer dos três tipos indicados a cima, principalmente a aprendizagem informal diante das mais variadas possibilidades oferecidas pela internet (ALONSO, 2009).

Sendo assim, a modalidade de educação a distância foi definida e contextualizada nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB), reformuladas em 1996. A LDB expressa a política e o planejamento educacional do país (NISKIER, 1997). A “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U. de 11/02/98), define que a educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (MEC, 2003). Os meios de comunicação são os responsáveis pela alteração do conceito de presencialidade do educador (presença física), assim como sua responsabilidade no “ensinar”.

O oferecimento de cursos e disciplinas nessa modalidade depende da “intenção” da instituição em oferecer cursos de curta duração (extensão), de longa e média duração (graduação e pós-graduação) ou apenas disciplinas ou parte de disciplinas na modalidade EaD. Para cursos de extensão, uma vez que a certificação é livre, não há legislação específica. Para

cursos de pós-graduação e graduação, na modalidade a distância, a Lei 9.394/96 (LDB), do Decreto 2.494/98 e da Portaria MEC Nº 301/98 informa que tanto as instituições públicas ou privadas podem oferecer, desde que legalmente credenciadas para o ensino superior a distância, através de parecer do Conselho Nacional de Educação e homologado pelo Ministro da Educação por meio de Portaria publicada no Diário Oficial (MEC, 2003).

A portaria 2.253 de 18/10/2001 foi revogada pela portaria 4.059 de 10/12/2004 que autoriza as Instituições do Sistema Federal de Ensino a introduzir, na sua organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou parte, utilizem método não presenciais, na qual a porcentagem permitida não pode exceder 20% do total da carga horária do curso em questão (MEC, 2003). Essa mesma portaria cria normas para que o processo seja gerenciado dentro da instituição e para que a SESu e MEC tenham informações sobre a implantação dessa portaria. São elas:

- a) IES (Instituições de Ensino Superior) credenciadas como universidades ou centro universitários ficam autorizadas a alterar o projeto pedagógico de cada curso superior reconhecido para oferta de disciplinas que em todo ou em parte utilizem métodos não presenciais
 - b) Os exames finais de todas disciplinas/cursos que optarem por essa modalidade deverão ser presenciais
 - c) Os cursos de graduação reconhecidos podem implementar até 20% da carga total do curso na modalidade não presencial. Essa porcentagem pode ser atingida mediante a implementação de disciplinas “100%” na modalidade EAD ou porcentagens de algumas disciplinas. O importante é não exceder a porcentagem permitida. Ou seja, num curso de graduação com carga horária de 3.000 horas/atividades, 600 horas/atividades podem ser trabalhadas nessa modalidade.
- É importante salientar que essa modalidade só é possível por meio da utilização de instrumentos que possibilitem a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados e utilizados de forma integrada aos meios de comunicação (correio, telefone, fax, internet, etc.), (MEC, 2003).

2.4.1. O atual cenário da EaD no Brasil

A legislação brasileira regulamenta a educação a distância através do Decreto Lei nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que revoga o Decreto-Lei nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, o qual inicialmente regulamentou o ensino nesta modalidade. Este Decreto veio regulamentar o ensino a distância, já que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº

9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, referenciava a educação a distância apenas como uma complementação ao ensino presencial (MEC, 2005).

Na visão de Alves (*in* LITTO e FORMIGA 2009), a EaD ainda é um processo em construção e, por isso, permeiam dúvidas e impasses, em razão da existência de inúmeras questões, relacionadas à implantação destes cursos, que ficam a critério das entidades sem resposta quanto a utilização. Esta situação se dá através do texto da LDB, que generaliza as modalidades de ensino, sem tratar sobre suas especificidades. Somente com o Decreto-Lei nº 2.494/98 é que foram dadas algumas diretrizes para a estruturação de cursos nesta modalidade, como já mencionado anteriormente.

Entretanto, mesmo antes da promulgação da LDB em 1996, houve iniciativas em EaD no Brasil as quais cabe destacar que já em 1904, escolas privadas internacionais começaram a oferecer cursos pagos por correspondência; entre elas o Instituto Universal Brasileiro começou a operar em 1939, e ainda hoje vem oferecendo cursos técnicos de aperfeiçoamento profissional, e também o ensino supletivo; e ainda a Fundação Roberto Marinho iniciou em 1970, com os telecursos de 1º e 2º Graus.

Contudo, foi somente na década de 1990, que as universidades começaram a investir em programas de educação superior e educação continuada, iniciando pela Universidade de Brasília - UNB, seguida pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. O governo brasileiro, através da Secretaria de Educação a Distância - SEED, promove diversos programas de incentivo ao ensino a distância, tais como Proinfo, Mídias da Educação, Rived, TV Escola e Portal Domínio Público (LITTO e FORMIGA, 2009).

Atualmente, inúmeros cursos são oferecidos exclusivamente a distância, nas mais variadas áreas e universidades do país, porém conforme o pesquisador João Roberto Moreira Alves (*in*: LITTO e FORMIGA, 2009).

Duas universidades merecem ser mencionadas, por seu pioneirismo: a UFMT, primeira no País a implantar efetivamente cursos de graduação a distância, e a UFPA, que recebeu o primeiro parecer oficial de credenciamento, pelo CNE, em 1998 (LITTO e FORMIGA, 2009. Pág. 11).

Além das iniciativas da SEED, outros órgãos do próprio MEC e também de outras esferas do governo federal brasileiro desenvolvem programas e projetos em prol da EaD. Como exemplo, tem-se o programa “Escola de Gestores” promovido pela Secretaria de Educação Básica - SEB, que tem como objetivo formar gestores escolares das escolas públicas da

Educação Básica em cursos de especialização e de atualização em Gestão Escolar, na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social. Este programa, junto com todos os outros em andamento, vem fortalecer as políticas públicas de incentivo ao ensino na modalidade a distância.

Apesar das controvérsias e dificuldade, que todo novo enfrentamento traz para o progresso e desenvolvimento de qualquer ordem, é perfeitamente compreensível que todo processo de mudança demanda tempo e reorganização para que possa se consolidar. A modalidade EaD faz parte dos novos avanços e dos novos tempos. Para isso exige-se um maior comprometimento dos gestores e docentes para atingir os objetivos desejados. Em relação à essa situação como base a falta de políticas públicas:

A EAD no Brasil é marcada por uma trajetória de sucessos, não obstante a existência de alguns momentos de estagnação provocados por ausência de políticas públicas para o setor. Em mais de cem anos excelentes programas foram criados e, graças à existência deles, fortes contribuições foram dadas ao setor para que se democratizasse a educação de qualidade, atendendo principalmente, cidadãos fora das grandes regiões mais favorecidas.

Há registros históricos que colocam o Brasil entre os principais no mundo no desenvolvimento da EAD, especialmente até os anos 70. A partir dessa época, outras nações avançaram e o Brasil estagnou, apresentando uma queda no ranking internacional. Somente no final do milênio é que as ações positivas voltam a acontecer e pudemos observar novo crescimento, gerando nova fase de prosperidade e desenvolvimento (LITTO e FORMIGA, 2009. Pág. 09).

2.4.2. Modalidades de educação a distância no Brasil

Quando se pensa em modelos de ensino, deve-se relacionar com estruturas prontas a serem seguidas em um todo organizado, mas também, se faz necessário analisar tais padrões em sua complexidade. Os modelos de ensino trazem por detrás sempre uma filosofia de forma implícita; esses estão impregnados de princípios e valores que devem ser levados em consideração.

De acordo com o Aurélio (2010), “representação de algo a ser reproduzido ou coisa que serve de exemplo ou norma”. Logo, pode-se dizer que modelo de ensino em EAD é um exemplar, uma forma de educação/instrução que se pode imitar. Uma forma/modelo de educação que se encontra influenciado por diferentes fatores e que devem ser muito bem

pensados e analisados continuamente para que não se contribua para uma educação a distância engessada visando unicamente a educação de massa. Dentre as formas e modelos de educação a distância no Brasil, pode ser salientada a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade a distância (Rede E-Tec Brasil). Esses modelos apresentam três modalidades das quais as entidades podem fazer uso conforme a necessidade e demanda, são elas: modalidade online, *Blended Learning* e Presencial.

Na modalidade online, os alunos participam do curso de forma totalmente a distância, sendo orientados continuamente por um Professor Tutor (formado na área), que o acompanhará no desenvolvimento das atividades, possibilitando a discussão e o aprofundamento dos conteúdos. Os alunos desenvolvem seus estudos a distância por meio do ambiente virtual de aprendizagem que possibilita a interação com colegas e com o professor-tutor. Para o desenvolvimento das atividades a distância o aluno deverá providenciar computador como o principal recurso para a realização dos estudos (ROCHA, 2015).

Já a modalidade *blended learning* combina-se estudos presenciais e a distância. O termo pode ser empregado tanto quando aulas presenciais são combinadas com atividades a distância ou para o sentido inverso, quando um curso a distância requer aulas e encontros presenciais. Este termo remete a expressões como misturado, combinado e híbrido, já na EaD vem se colocando como possibilidade de organização de cursos que permitam ao aluno conciliar as vantagens da Educação a distância com a riqueza da vivência de um espaço acadêmico, que é favorecido pelo ensino presencial. Dessa forma, o aluno realiza atividades no ambiente virtual de aprendizagem, atividades de auto estudo individuais de acordo com seu próprio ritmo de aprendizagem, e ainda realiza atividades presenciais obrigatórias conforme estrutura do curso.

O grande diferencial dessa forma de estruturar o ensino a distância é a atividade prática presencial (APP) que é realizada presencialmente por professores-orientadores, objetivando favorecer a relação teórico-prática, o trabalho em equipes, a contextualização e a interdisciplinaridade. O acompanhamento, orientação e avaliação dos alunos nas atividades práticas são realizados por professores especialistas, mestres e doutores com experiência na área de formação do curso, daí serem chamados de professores-orientadores. É importante salientar ainda que o modelo dito conta com forte apoio das tecnologias da informação e comunicação (TIC), uma vez que os materiais de aula, rotas de aprendizagem, vídeos, textos de apoio, livros digitais, avaliações online, chats e fóruns são realizados integralmente no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), (ROCHA, 2015).

Por fim a educação presencial segundo (LITTO, FORMIGA, 2009) é a modalidade de ensino em que a comunicação entre os participantes é realizada de modo presencial, ou seja, face a face em tempo e local pré-determinados.

2.4.3. A universidade aberta do Brasil

A Universidade Aberta do Brasil - UAB, funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por educação superior. Essa articulação estabelece qual instituição de ensino deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos polos de apoio presencial.

Criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. (MEC, 2009).

Segundo o MEC, é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. A UAB tem como proposta:

[...] ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física (BRASIL, 2008).

O público atendido são os professores que atuam na educação básica pois têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica

dos estados, municípios e do Distrito Federal, a UAB traz como objetivo a formação em diversificadas áreas.

Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil (MEC, 2008).

Os estudos de Mota (*in* LITTO e FORMIGA, 2009) aponta que o Sistema UAB foi criado em 2005 e instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País".

Desta forma, a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldada em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas, isso, como forma de atingir as peculiaridades das regiões menos favorecidas.

2.4.4. A Rede e-Tec Brasil

Lançado em 2007, a Rede e-Tec Brasil é um programa do Ministério da Educação - MEC instituído pelo Decreto nº 7.589, de 2011. Como sistema Rede e-Tec Brasil tem como objetivo à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Sendo os cursos ministrados por instituições públicas cabe ao MEC a responsabilidade pela assistência financeira na elaboração dos cursos e aos estados, Distrito Federal e aos municípios providenciar estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais itens necessários para a instituição dos cursos (MEC, 2009).

Na rede e-Tec Brasil são oferecidos gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância. Os cursos a distância podem ser ofertados agora pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); e instituições de educação profissional vinculada aos sistemas estaduais de ensino.

Conforme o artigo 3º do decreto nº 7.589 de 2011, são objetivos da Rede e-Tec Brasil:

- I- estimular a oferta da educação profissional e tecnológica, na modalidade a distância, em rede nacional;
- II- expandir e democratizar a oferta da educação profissional e tecnológica, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas;
- III- permitir a capacitação profissional inicial e continuada, preferencialmente para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos;
- IV- contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio por jovens e adultos;
- V- permitir às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;
- VI- promover o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para a formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;
- VII- promover junto às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional e tecnológica; e
- VIII- permitir o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional e tecnológica, na modalidade de educação a distância. (BRASIL, 2011).

Sendo, hoje, uma das ações nacionais do Pronatec, a Rede e-Tec Brasil incorpora parcerias com várias instituições na preparação de material padrão que unifica a aprendizagem nacional. Um exemplo são as ações da equipe da Universidade Federal de Santa Catarina -

UFSC/e-Tec que realiza em parceria com os Serviços Técnicos Gerais de Campinas, São Paulo - SETEC, trabalhos em pesquisa, avaliação, capacitação, formação e acompanhamento e validação de material didático para a Rede.

Da mesma forma, a Comissão de Acompanhamento e Validação de Materiais Didáticos (CVMD - 2008/2014) acompanhou, validou e disponibilizou aproximadamente 250 cadernos para os eixos tecnológicos: Informação e Comunicação, e Hospitalidade e Lazer.

Além do grupo em Pesquisa Científica em Educação a Distância - PCEADIS, em conjunto com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq desenvolver cinco projetos de pesquisa em observância às e-Tecs objetivando a melhoria da oferta nas diversas áreas. Sendo: GTMC - Análise e avaliação das matrizes curriculares dos cursos técnicos da Escola Técnica Aberta do Brasil (2007/2008); GPCRF - projeto de pesquisa para elaboração do Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil (2009/2011); GPCRFI - concepção e desenvolvimento de uma metodologia para a implementação do currículo referência para o Sistema e-Tec (2011/2013) e GPMEX - Metodologias e Experiências Exitosas na implementação da Rede e-Tec (2013/2014). (UFSC, 2015).

2.5. O Ensino superior de Tecnologia no Instituto Federal do Tocantins

No Estado do Tocantins o Instituto Federal do Tocantins - IFTO trata-se de uma instituição fundada pela integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da unidade descentralizada, Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

Tendo como natureza a concepção da própria Lei de criação, nº 11.892/2008. Que no âmbito dos princípios e das finalidades, credencia o Instituto como autônomo para criar cursos, quanto para extingui-los, desde que sejam na área de atuação territorial e os mesmos autorizados por uma instância maior na instituição, no caso um Conselho Superior.

Tem por missão proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional e sua visão de futuro é ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável (IFTO, 2015).

O IFTO na esfera das ofertas educacionais tem a sua estrutura organizada através da formação inicial e continuada, voltadas para a Educação Profissional, seja técnica de nível médio (Proeja, Subsequente, Integrado), ou cursos de graduações (Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado) e cursos de pós-graduações. Mas, trata-se de uma autonomia interligada com

metas e compromissos, pois mesmo sendo uma instituição autônoma em criar e extinguir cursos deve garantir em cada exercício, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio e 20% (vinte por cento) para cursos de licenciatura, programas de formação pedagógica para professores da Educação Básica (Brasil, 2008).

No âmbito estrutural o IFTO, hoje, conta com oito campi e três campi avançados em pleno funcionamento, além de dezesseis polos de educação a distância. São eles: Campus Palmas; Campus Paraíso do Tocantins; Campus Araguatins; Campus Colinas do Tocantins; Campus Dianópolis do Tocantins; Campus Araguaína; Campus Gurupi; Campus Porto Nacional; Campus Avançado Formoso do Araguaia; Campus Avançado Lagoa da Confusão e Campus Avançado Pedro Afonso (IFTO, 2015).

Com a oferta de cursos no ensino médio e superior, além de pós-graduações lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, o IFTO atende todas as microrregiões do Tocantins. São mais de 60 cursos regulares ofertados, além dos cursos de qualificação profissional de curta duração ofertado por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Programa Mulheres Mil.

Entre a oferta de graduação, o IFTO traz como novidade os cursos de Tecnologia que terá como profissional o tecnólogo. Sendo assim, o tecnólogo é o profissional de nível superior formado em um curso superior de tecnologia. Essa modalidade de graduação visa formar especialistas para atender campos específicos do mercado de trabalho. O curso superior de tecnologia é de foco acadêmico específico. Por essa razão, o campo de atuação do tecnólogo limita-se a especificidade de sua formação. Dentro de sua especialidade, porém, o tecnólogo é pleno. O exercício profissional do tecnólogo formado em curso superior consta na classificação brasileira de ocupações - CBO/2002, sob o código nº 0.29.90, com a seguinte descrição: “planejar serviços e implementar atividades, administrar e gerenciar recursos, promover mudanças tecnológicas, aprimorar condições de segurança, qualidade, saúde e meio ambiente”.

Os cursos superiores de tecnologia poderão ser ministrados em universidades, centros universitários, faculdades, faculdades integradas, escolas e institutos superiores ou centros de educação tecnológica públicos ou privados.

Atualmente os cursos são classificados em 20 áreas profissionais definidas na legislação. Esta formação está direcionada para aplicação, desenvolvimento e difusão de tecnologias, com formação em gestão de processos de produção de bens e serviços, assim como capacidade empreendedora em sintonia com o mundo do trabalho.

Embora o decreto-lei de 1946 já tenha regulamentado a profissão de técnico de grau superior, as primeiras experiências práticas de cursos superiores de tecnologia surgiram, no âmbito do Sistema Federal de Ensino e do setor privado e público, em São Paulo, no final dos anos 60 e início dos 70. O primeiro curso superior de tecnologia a funcionar no Brasil, em 1969, foi o de Construção Civil, nas modalidades: Edifícios, Obras Hidráulicas e Pavimentação da Fatec, em São Paulo, reconhecido pelo MEC em 1973. Atualmente o tecnólogo busca maior reconhecimento profissional e a transformação em lei do PL 2245/2007.

2.5.1. O campus Palmas

A Escola Técnica Federal de Palmas, criada com a publicação da Lei nº 8.670, de 30.6.1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10.3.2003, com três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática. Ainda no mesmo ano, o Governo do Estado do Tocantins, pela Lei nº 1.405/03, de 22/10/2003, doou uma área de 44.914, 93 m², situada em frente à área da escola, o que elevou para 128.508, 38 m² a área total da ETF-Palmas.

No ano de 2004, a ETF-Palmas realizou mais um Processo Seletivo, desta vez oferecendo, além dos três cursos já existentes, seis novos cursos técnicos: Eletrônica, Agrimensura, Gestão em Agronegócio, Turismo e Hospitalidade, Secretariado Executivo e Saneamento Ambiental. Em janeiro de 2005 iniciou a oferta de cursos de Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio, com 4 turmas de 40 acadêmicos cada, nos cursos de Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática.

Em dezembro de 2005, a instituição teve seus quatro primeiros Cursos Superiores de Tecnologia (CST) aprovados com conceito A pelo Ministério da Educação: CST em Construção de Edifícios, CST em Gestão Pública, CST em Sistemas Elétricos e CST em Sistemas para Internet. Implementou também, no segundo semestre daquele ano, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja. (PDI/IFTO, 2015)

Atualmente o Campus Palmas oferta ainda, na área das licenciaturas, os cursos superiores em Física e Matemática, dois cursos na área do bacharelado, sendo Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, além do curso de pós-graduação *lato sensu* em Telemática.

Para os cursos técnicos subsequentes, são ofertados os cursos em agrimensura; Edificações; Eletrotécnica; Mecatrônica; Controle Ambiental; Informática; Segurança do

Trabalho e Secretariado; os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Agrimensura; Agronegócio; Eletrotécnica; Mecatrônica; Informática; Administração e Eventos; e os Cursos Superiores de Tecnologia em Agronegócio; Sistemas para Internet; Gestão e Turismo e Gestão Pública. Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Qualificação em Atendimento; em Manutenção e Operação de Microcomputadores.

O Campus Palmas oferece além das modalidades presenciais a modalidade a distância com os cursos técnicos subsequentes, em 15 municípios do Estado, através dos polos de apoio presencial os seguintes cursos: Agroecologia; Administração; Secretariado; Informática para internet; Manutenção e Suporte em Informática; Marketing; Controle Ambiental e Segurança do Trabalho (PDI, 2015).

Tem como função social: Ofertar a educação profissional, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços. Atuar prioritariamente na área tecnológica nos diversos setores da economia. Conjuguar a teoria com a prática no ensino. Integrar efetivamente a educação profissional aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Utilizar, compartilhadamente, os laboratórios e os recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino. Ofertar o ensino superior tecnológico diferenciado das demais formas de ensino superior. Ofertar a formação especializada, levando em consideração as tendências dos setores produtivos e do desenvolvimento tecnológico. Realizar pesquisas aplicadas e prestação de serviços. Desenvolver a atividade docente estruturada, integrando os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso. Desenvolver o processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade. Estruturar a educação profissional de maneira flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos. Integrar as ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências dos setores produtivos.

2.5.2. O Ensino superior de tecnologia do campus Palmas

Os cursos tecnológicos oferecidos pelo campus Palmas conferem o diploma de tecnólogo e são cursos superiores de curta duração. Estes cursos já existem em nossa legislação desde 1971 (Lei nº 5.692/71), tendo sido ratificado pelas Leis nº 9.131/95 e 9.394/96 e pelo

Decreto nº 2.406, de 27.11.97, e foi regulamentado pela Portaria Ministerial do MEC nº 1.647, de 25.11.99 (MEC, 2005).

Levando-se em consideração que o mercado, atualmente, é muito dinâmico, e que a formação deve ocorrer durante toda a vida, estes cursos são estruturados para atender a uma área específica do mercado de trabalho, onde o aluno terá uma visão mais aprofundada daquela área de atuação. Os cursos oferecidos pelo campus Palmas são:

1. Sistema para Internet: aprovado pela resolução nº 007/2007 do Conselho Diretor da ETF-Palmas. O curso visa formar profissionais capazes de desenvolver competências associadas à gerência e ao desenvolvimento de sistemas para internet. Propõe mesclar conhecimentos teóricos e atividades práticas, enfocando as técnicas, metodologias apropriadas, e linguagens aplicadas às atividades de concepção, especificação, projeto, implementação, avaliação suporte e manutenção de sistemas para internet ao desenvolvimento de WEB sites.

2. Gestão Pública: aprovado pela resolução nº 008/2007 do Conselho Diretor da ETF-Palmas. O curso em Gestão Pública prepara profissionais para atuarem em instituições públicas, na esfera federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do conhecimento, esse profissional busca a otimização da capacidade de governo. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a esse tecnólogo.

3. Agronegócio: aprovado pela resolução nº 002/2012 do Conselho Superior do IFTO. O curso promove a formação de profissionais para atuarem em empresas públicas e privadas que possuam como atividade econômica a produção agropecuária integrada ao desenvolvimento socioambiental. O Tecnólogo em Agronegócio poderá atuar em áreas como: planejamento e gestão de empresas vinculadas ao agronegócio praticando os conceitos de desenvolvimento sustentável; desenvolvimento de estudo de viabilidade técnico financeiro de projetos em agricultura, pecuária, aquicultura, agroindústria e logística; supervisão e coordenação de atividades de equipes multidisciplinares na condução de atividades do agronegócio; como empreendedor, desenvolvendo e aplicando soluções em gestão, consultoria, projetos ou representação de produtos das empresas.

4. Gestão de Turismo: o curso prepara profissionais para atender a uma demanda específica da região relativa à expansão de atividades em comércio e serviços, desenvolvendo as competências profissionais específicas da área profissional de Turismo e Hospitalidade, de modo a ampliar a oferta de profissionais habilitados e de empreendedores na área, o que trará

uma significativa melhoria à qualidade de vida do cidadão. De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de tecnologia, o "tecnólogo em Gestão de Turismo atua no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado.”

Sendo assim, os cursos de tecnologia permitem o ingresso mais rápido no mercado de trabalho e o diferencial do profissional, não será mais os anos que passou na faculdade, mas a sua capacidade de transformar os conhecimentos adquiridos em competências para dar soluções para as urgências do mercado laboral.

3. METODOLOGIA

Para execução da pesquisa, foi adotado o método qualitativo com abordagem exploratória. A sequência dos procedimentos de estudo para a realização das etapas ocorreu por meio de critérios metodológicos. Esses critérios foram traduzidos em resultados obtidos junto aos docentes de quatro cursos superiores em tecnologia ofertados pelo Instituto Federal do Tocantins e junto aos discentes dos últimos períodos dos mesmos cursos, que foram: Agronegócio, Gestão Pública, Gestão em Turismo e Sistemas para Internet.

Segundo Gil (1999), um trabalho é de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou têm) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, esse tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

As pesquisas exploratórias visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo bibliográfico que constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema, ou seja, um estudo de fontes secundárias sobre o tema e sua importância com o intuito de entrar em contato com tudo que foi escrito e dito sobre o assunto proposto (GIL, 1999).

Nesse contexto, foi construído o primeiro momento da pesquisa destinado à coleta de informações sobre o tema com base em documentos bibliográficos, artigos, documentos institucionais e regulamentos do Ministério da Educação - MEC. Os textos embasaram assuntos tanto sobre a relevância, a regulamentação e normas para se ofertar a modalidade a distância dentro de cursos superiores presenciais. Através da análise dessas informações possibilitou-se a construção textual do projeto de qualificação.

Para complementar o estudo, utilizou-se a pesquisa qualitativa em virtude de tratar-se de uma atividade da ciência que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que precisa ser verificado e justificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (GODOY, 1995).

Assim, a pesquisa empírica compreendeu um estudo de caso no campus Palmas onde se buscou a percepção dos docentes e discentes envolvidos nos cursos superiores de tecnologia em estudo. Por se tratar de um significativo número de atores, optou-se por uma pesquisa de

campo que teve como instrumento de estudo o questionário online através do método de *Survey Monkey*.

O método *survey* trata-se de um meio de levantamento de campo feito por pesquisas caracterizadas pela interrogação direta das pessoas a fim de conhecer o comportamento desejado, realizado por meio de solicitação de informações a um significativo grupo de pessoas (Gil, 2008, p. 55)

Entendendo que não era possível conhecer a resposta de todos os atores envolvidos, a pesquisa foi realizada por amostragem objetivando, no entanto, conhecer a percepção de 54 docentes dos quatro cursos superiores de tecnologia e 102 discentes dos últimos períodos destes cursos.

A técnica de aplicar questionários para ambos os públicos serviu para coletar as informações da realidade acerca do assunto em estudo. Esses dados foram primordiais na construção do trabalho de conclusão de curso.

Segundo Gil (1999, p. 128), questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Assim, as questões de aspecto empírico foram formuladas com o intuito de observar o nível de conhecimento referente à modalidade a distância e a importância que o assunto possui na perspectiva dos dois públicos-alvo. Na formulação dos questionários, foram definidos três temas tanto para os docentes como para os discentes, sendo eles: (A) Regulamentação da modalidade EaD que continha oito questionamentos; (B) Aplicabilidade da modalidade EaD que possuía sete questões e (C) Relevância da modalidade EaD que continha seis perguntas. O questionário foi aplicado com um total de 21 questionamentos. O método utilizado para a formulação dos questionários foi a escala de likert com cinco pontos de análise.

Para atender ao objeto da pesquisa, realizou-se pré-teste do instrumento a ser utilizado de forma online e também presencial. Após realizados os ajustes sugeridos no instrumento, o questionário foi enviado por meio do *Google Doc*.

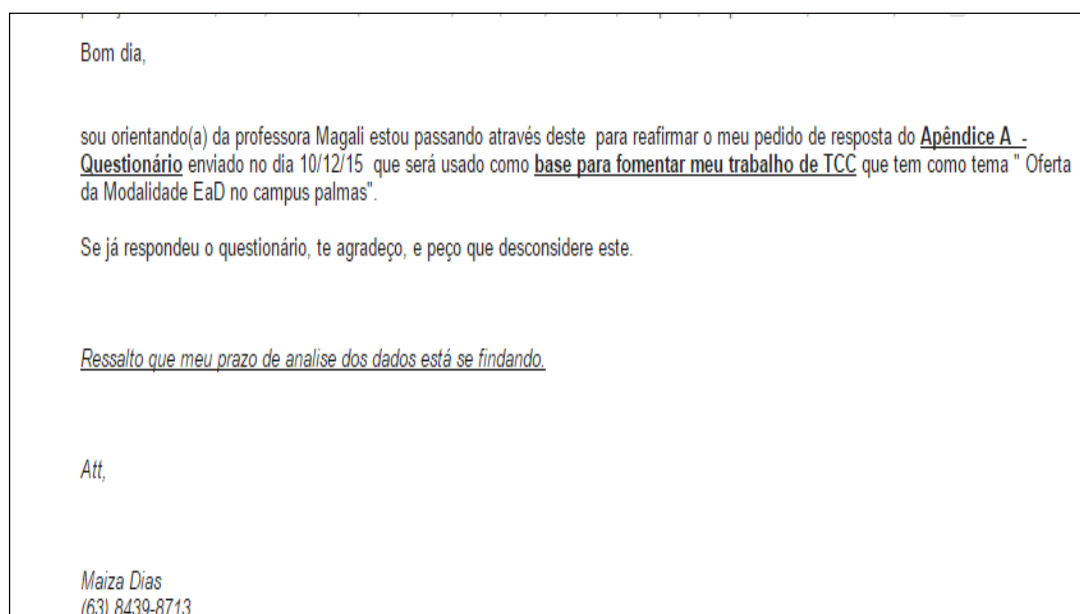
Para Marconi e Lakatos (1999, p. 100)

Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

Em vista disso, a mensagem encaminhada aos *e-mails* dos docentes mencionava a importância de responder os questionários, pois se tratava de uma pesquisa acadêmica com reflexos diretos na formulação da política educacional do campus. Foi esclarecido que a identidade do entrevistado seria preservada devido tratar-se de uma pesquisa institucional.

Desta forma, o *link* para a resposta do questionário foi enviado pela primeira vez no dia 10 de dezembro de 2015. Corridos 45 dias, somente três professores haviam respondido. Por se tratar de um período próximo ao recesso escolar, somente em janeiro foi solicitada uma nova resposta ao questionário. Assim, no dia 25 de janeiro 2016, com o intuito de obter êxito sobre a devolutiva dos questionamentos, o questionário foi encaminhado novamente aos *e-mails* dos docentes.

Figura 1: Solicitação de respostas aos questionários



Fonte: Wanderley, 2016

Porém não houve sucesso. Mesmo utilizando a metodologia de telefonema e encontros presenciais, as promessas de muitos resultaram em mais dois questionários preenchidos, totalizando cinco respostas *online*.

Devido às dificuldades encontradas para obter as respostas dos docentes através dos questionários pelo método *survey*, optou-se pela mudança de método. Os questionários foram aplicados de forma presencial. Os mesmos foram distribuídos aos professores entre os dias 18 a 29 de abril de 2016. No entanto devido à diversidade de horários dos docentes no Campus, a pesquisadora teve que retornar por diversas e inúmeras vezes ao IFTO para recolher os

questionários respondidos e somente assim obteve êxito. De um total de 54 questionários distribuídos, conseguiu-se respostas de 40 docentes.

Para a concretização da pesquisa com os estudantes, buscou-se uma lista de matrículas atualizada na Coordenação de Registros Escolares do Campus Palmas dos discentes dos últimos períodos dos cursos superiores em tecnologia em estudo. Desse modo, o questionário foi entregue entre os dias 17 a 19 de fevereiro de 2016 para 45 estudantes.

A estimativa de aplicação dos questionários para os discentes matriculados nos cursos a serem pesquisados era de um total de 102 estudantes em 2015. Contudo essa estimativa foi realizada antes da greve dos servidores públicos do IFTO. Esse episódio, segundo relato de professores e coordenadores de cursos, ocasionou a evasão de muitos alunos. Outro aspecto que se deve levar em consideração na quantidade de discentes pesquisados é a situação dos alunos que estão matriculados nos cursos em somente uma matéria e no dia da entrega dos questionários os mesmos não se encontravam em sala de aula.

Assim, a pesquisadora utilizou o método presencial na busca das respostas dos estudantes.

Acredita-se que por ter utilizado a metodologia de recolhimento imediato, obteve-se 100% dos questionários respondidos dos 45 aplicados aos discentes.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Os documentos Institucionais

A análise de documentos na maioria das investigações educacionais é usada ou serve para complementar a informação obtida por outros métodos e espera encontrar nos documentos informações úteis para o objeto em estudo.

Como afirma Silva (2013 *apud* Saul 2010, p. 60), “frequentemente esse material revela as posições dos participantes de um grupo a respeito das situações de trabalho e de vida”. Com a expectativa de encontrar explicação para as barreiras reais, fez-se necessária a análise nos documentos regulamentadores.

Nesse sentido, foi analisado o Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFTO, a Organização Didático-Pedagógica dos cursos Superiores - ODP e os Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC por serem os documentos orientadores e regulamentadores do ensino superior.

O PPI é o documento que visa estabelecer políticas, nortear as ações educacionais para a consolidação da missão, dos objetivos, de princípios e das diretrizes, propiciando qualidade e, sobretudo, a ampliação de direitos de cidadania para a população envolvida.

O que regulamenta o PPI é a ODP, que tem a função de organizar de forma a atender as necessidades de cada modalidade e deve ter a estruturação aprovada pelo Conselho Superior. Em virtude de ofertar diferentes modalidades de ensino superior, o que interessa para o estudo no momento são os cursos de tecnologia do campus palmas.

Os documentos regulamentadores que tratam sobre a modalidade a distância de forma regulamentada é a ODP dos cursos de graduação presenciais do IFTO. O capítulo II sobre Ingresso, artigo 59, relata a oferta da modalidade semipresencial para todos os cursos de graduação reconhecidos pelo MEC:

§ 1º. O IFTO poderá ofertar nos cursos de graduação reconhecidos componentes curriculares que utilizem modalidade semipresencial, integral ou parcial, desde que observado o disposto na Portaria 4.059, 10 de dezembro de 2004. (IFTO, 2011, p. 27).

O que vem corroborar com o que a portaria 4.059 de 10 de dezembro de 2004 do Ministério da Educação institui em seu artigo 1º:

§1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso. (PORTARIA 4.059/2004)

Com o mesmo intuito de averiguar se há contextualização da modalidade a distância, foram realizadas buscas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos em estudo ofertados pelo campus Palmas e o amparo legal proporcionado pela Portaria 4.059 de 2004. Nesse sentido, foram elaborados parâmetros avaliatórios para orientar a análise dos PPCs.

Quadro 1: Parâmetros para avaliação dos documentos institucionais

Aspectos avaliados	Critérios de análise
Oferta da metodologia EaD	Sim - quando há registro de métodos de oferta da modalidade a distância. Não - quando não encontra registro de métodos de oferta da modalidade a distância.

Fonte: Wanderley, 2016

Quadro 2: Análise do contexto da modalidade EaD nos PPCs Superiores em Tecnologia do IFTO

Informação sobre a modalidade a distância nos PPCs	
Cursos	Critérios contextualizados
Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios	Não
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Não
Curso Superior de Tecnologia em Gestão em Turismo	Não
Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet	Não

Fonte: Wanderley, 2016

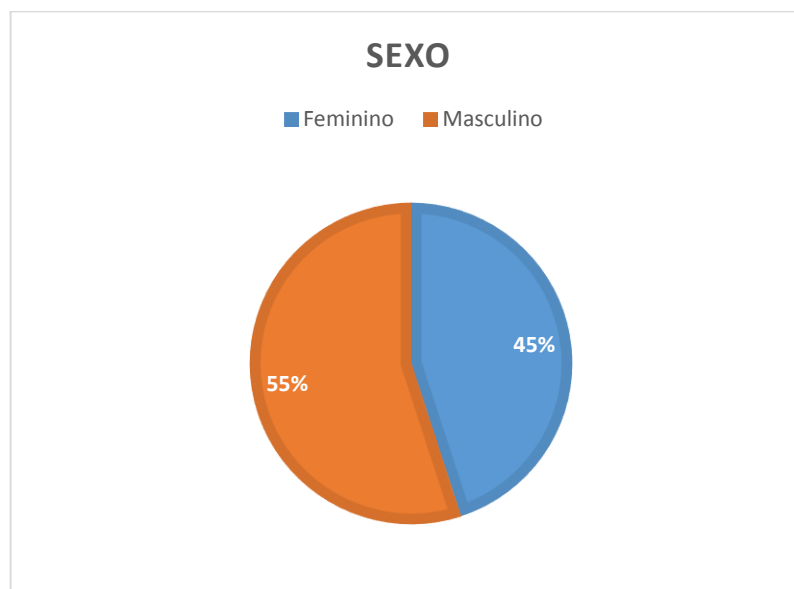
Desse modo, pode-se afirmar que os projetos pedagógicos dos quatro cursos superiores de tecnologia em estudo que compreendem a carga horária de aula entre 2.260 horas a 2.700 horas ofertados no campus Palmas não descrevem formas ou métodos de utilização da modalidade a distância ou semipresencial de forma integral ou parcial.

4.2. A leitura da percepção dos docentes

Para a concretização do trabalho, foram pesquisados dois grupos-alvo, sendo eles os discentes dos últimos períodos e docentes dos cursos superiores em Tecnologia em Agronegócios, em Gestão Pública, em Gestão em Turismo e Sistemas para Internet.

Por se tratar de pesquisa institucional onde se busca conhecer os fatores para melhorar a oferta da educação superior, é importante entender o perfil dos atores envolvidos na pesquisa. Para tanto, a análise ocorrerá, primeiramente, sobre os docentes que ministram aulas nos cursos superiores em tecnologia. Na tentativa de traçar o perfil dos atores, pesquisou-se o gênero e o nível de formação, seguidos do tempo de serviço na instituição federal.

Gráfico 1: Perfil do gênero dos docentes

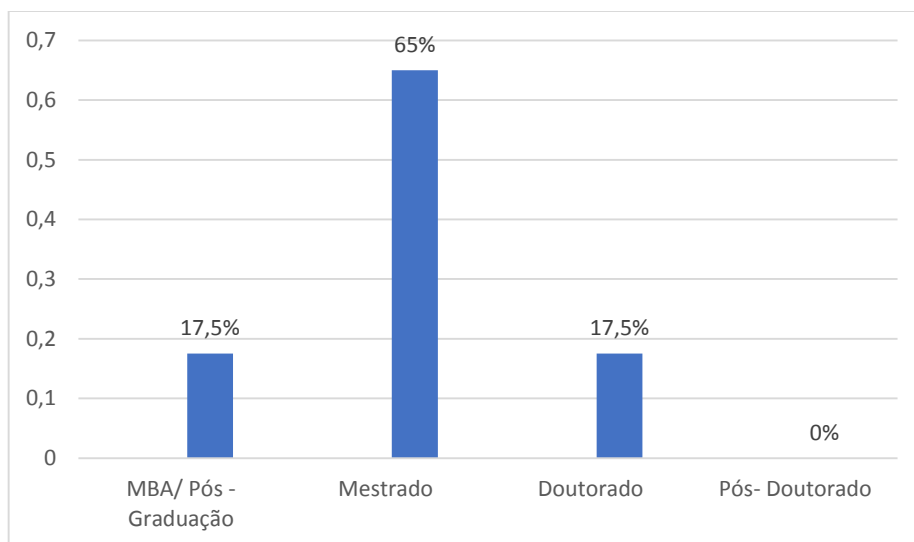


Fonte: Wanderley, 2016

Para a pesquisa sobre a oferta da modalidade EaD dentro dos cursos superiores em tecnologia no Campus Palmas/ IFTO, foram enviados 54 questionários no formato *survey*. Contudo a pesquisa foi finalizada de forma presencial quando quarenta responderam. Desse modo, 55% das respostas são de docentes do sexo masculino e 45% do sexo feminino, conforme mostra o gráfico 1. O que se observa é que o corpo docente nos cursos superiores está equilibrado quanto ao gênero.

Em relação ao nível de escolaridade (gráfico 2), há disparidade quanto à formação.

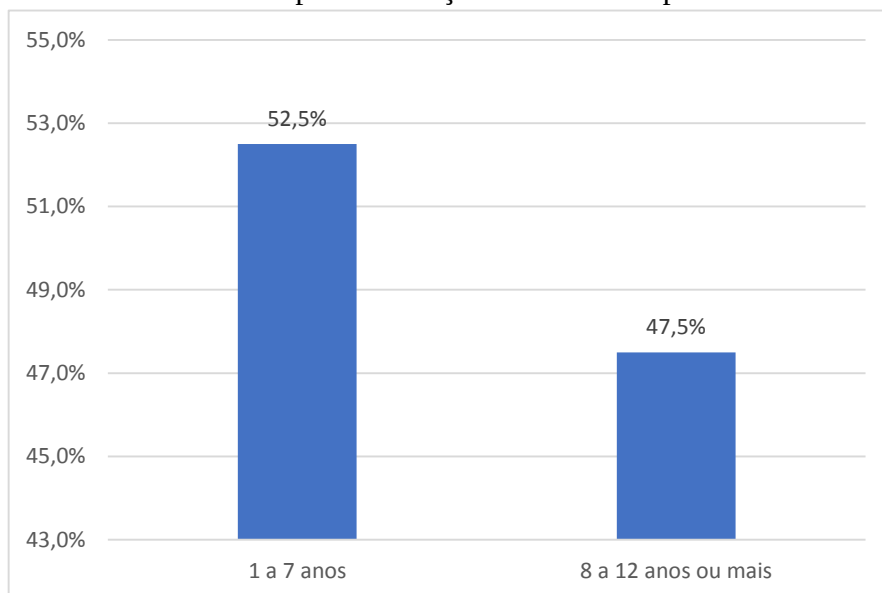
Gráfico 2: Nível de Formação dos Docentes



Fonte: Wanderley, 2016

O que se observou é que dos 40 docentes que ministram aulas nos cursos superiores de tecnologia, 17,5% têm pós-graduação *Lato Sensu* e o mesmo percentual dos docentes são doutores, já maioria, 65%, possui a titulação de mestre. Percebe-se que existe a preocupação em ofertar ensino de qualidade nos cursos oferecidos pela instituição.

Gráfico 3: Tempo de Serviço no IFTO- campus Palmas



Fonte: Wanderley, 2016

Para melhor compreender a aplicabilidade da modalidade a distância nos cursos é necessário conhecer melhor estes atores e seu conhecimento de políticas educacionais

profissionalizante. Neste sentido, o gráfico 3 retrata o tempo de serviço público na função de professor de ensino básico, técnico e tecnológico no campus Palmas.

Assim o percentual de 52,5% nos mostra que a maioria dos docentes estão há mais de quatro anos na instituição, já 47,5% dos professores possuem de oito ou mais anos de ensino profissionalizante.

Para melhor compreender o nível de conhecimento referente à modalidade a distância e a sua importância na perspectiva dos dois atores envolvidos diretamente, foi necessária a formulação de três indicadores (A) Regulamentação da modalidade EaD; (B) Aplicabilidade da modalidade EaD e a (C) Relevância da modalidade EaD.

Desse modo, tanto os docentes como os discentes responderam 21 questionamentos que foram tabulados inicialmente de forma separada por atores. Com o propósito de verificar como esses entendem a regulamentação da modalidade a distância dentro dos cursos superiores ofertados de forma presencial, foram agrupados os questionamentos dos indicadores através de tabelas orientados pela escala de *Likert*.

A) Regulamentação da modalidade EaD

- **Pergunta 1** - Concorda com a portaria 4.059/2004 instituída pelo MEC que regulamenta as Instituições de Ensino Superior em ofertar disciplinas na modalidade semipresencial em cursos presenciais?
- **Pergunta 2** - Na sua opinião, a não regulamentação das práticas orientada pela portaria 4059/2004 se dá pelo não conhecimento dos gestores e docentes da referida?
- **Pergunta 3** - Na sua opinião, a não regulamentação das práticas orientada pela portaria 4059/2004 se dá pelo não comprometimento dos gestores e docentes com a metodologia?
- **Pergunta 4** - Acredita que o Projeto Pedagógico do seu curso - PPC traz informações claras sobre a regulamentação da modalidade EaD como proposto pela portaria 4059/2004 publicada pelo MEC?
- **Pergunta 5** - Acredita que os documentos institucionais do IFTO trazem informações clara sobre a regulamentação da modalidade EaD como proposta na portaria 4059/2004 publicada pelo MEC?
- **Pergunta 6** - Concorda que 20% da utilização da modalidade EaD é suficiente para suprir a necessidade dessa metodologia de ensino nos cursos superiores?

- **Pergunta 7** - Concorda que 20% da modalidade EaD deve ser regulamentada nos PPC's em uma ou outra unidade curricular do curso?
- **Pergunta 8** - Concorda que ao invés de utilizar todo percentual autorizado pela portaria em uma ou outra unidade curricular fosse distribuído no curso como um todo?

A tabela 1 mostra a concordância dos docentes com a forma que a portaria institui a oferta das disciplinas na modalidade semipresencial em cursos presenciais, as formas como estão regulamentadas nos documentos institucionais e, ainda, a sua aplicabilidade e o formato destas práticas nos cursos superiores de tecnologia.

Tabela 1: Regulamentação da Modalidade EaD

Regulamentação da Modalidade EaD	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8
Não Concordo Totalmente	1	3	5	6	2	2	4	2
Não Concordo Parcialmente	1	1	3	1	6	4	5	3
Indiferente	7	10	8	13	8	6	6	7
Concordo Parcialmente	10	15	15	8	13	13	10	12
Concordo Totalmente	21	11	9	12	11	15	15	16

Fonte: Wanderley, 2016

Observa-se que mesmo a maioria dos atores (21) concordando com a forma de regulamentação da oferta de 20% da modalidade a distância proposta pela portaria 4.059/2004 instituída pelo MEC, treze destes docentes são indiferentes quando se trata do conhecimento sobre a aplicabilidade dessa regulamentação nos PPC's e a mesma quantidade concordam parcialmente que os documentos institucionais contextualizam sobre tal modalidade. Contudo a maioria (15) acredita que a modalidade deve ser regulamentada nos PPC's no formato de uma unidade curricular ou distribuídos entre elas.

B) Aplicabilidade e utilização da modalidade EaD

- **Pergunta 1**- Você concorda que os 20% de utilização em modalidade EaD deveria ser aplicado totalmente por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA?
- **Pergunta 2**- Acredita que a execução de trabalhos ou atividades acadêmicas fora do ambiente físico da instituição como (Redes Sociais, whatsapp, facebook, casa do aluno e etc.) é uma forma de utilização da metodologia a distância?

- **Pergunta 3** - Concorda que o uso dos 20% na modalidade a distância nos cursos superiores presenciais possa corroborar com a efetivação do processo de aprendizagem do educando?
- **Pergunta 4** - Acredita que o uso da modalidade a distância, nos cursos presenciais, irá beneficiar sobretudo aos docentes que se ausentam das atividades educacionais presencial?
- **Pergunta 5** - Acredita que a não aplicabilidade da modalidade EaD nos cursos presenciais se dá por falta de incentivo a capacitação ou preparação oferecida pela instituição aos docentes?
- **Pergunta 6** - Concorda que a comunidade acadêmica está preparada de forma cultural para receber essa nova modalidade de ensino?
- **Pergunta 7** - Concorda que a não aplicabilidade da modalidade EaD pode se dá por falta de um programa de política pública, no campus, que condicione fisicamente e estruturalmente a metodologia?

Tabela 2: Aplicabilidade e utilização da modalidade EaD

<i>Aplicabilidade e utilização da modalidade EaD</i>	<i>P 1</i>	<i>P 2</i>	<i>P 3</i>	<i>P 4</i>	<i>P 5</i>	<i>P 6</i>	<i>P 7</i>
Não Concordo Totalmente	6	5	2	2	2	6	4
Não Concordo Parcialmente	2	4	3	5	6	10	5
Indiferente	1	2	1	4	1	0	2
Concordo Parcialmente	11	12	15	12	15	12	14
Concordo Totalmente	20	17	19	17	16	12	15

Fonte: Wanderley, 2016

Dessa forma, observa-se que em relação à aplicabilidade, a maioria dos docentes acredita que os 20% devem ser totalmente utilizados através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem e que podem ser executados através dos diferentes meios oferecidos pelas redes sociais.

A maioria destes discentes pensa ainda que a aplicação dos 20% a distância poderá vir corroborar com a efetivação do aprendizado dos discentes como também beneficiar as práticas educacionais dos docentes. Os docentes julgam que a não utilização dessa modalidade no cenário atual do campus se dá pela falta de capacitação e programas de políticas públicas que proporcionem condições físicas e estruturais para essa modalidade.

C) Relevância da Modalidade EaD

- **Pergunta 1** - Acredita que a aplicação da modalidade EaD nos cursos presenciais beneficiará o estudante com uma melhor assimilação dos conteúdos, aumentando, assim, seus conhecimentos?
- **Pergunta 2** - Concorda que a aplicação da EaD nos cursos vem de encontro com a função social do campus Palmas que é dar condições de permanência e continuidade de forma que motive o estudante?
- **Pergunta 3** - Concorda que a oferta da modalidade a distância terá relevância para o avanço do conhecimento tecnológico?
- **Pergunta 4** - Acredita que a utilização da metodologia a distância poderá auxiliar na diminuição do índice de evasão nos cursos superiores, pelo fato dessa modalidade propiciar conteúdo e estudo programado, mesmo estando professor e estudante em tempos e espaços diferentes?
- **Pergunta 5** - Acredita que a com a regulamentação da modalidade EaD nos PPC's será relevante para estimular o estudante na organização eficiente de seu tempo de estudo?
- **Pergunta 6** - Concorda que com a aplicação dos 20% da modalidade a distância nos cursos superiores poderá impactar na economia dos gastos públicos da instituição como com (ar condicionado, água, luz, bolsa estudantil e etc.)?

Tabela 3: Relevância da Modalidade

<i>Relevância da Modalidade</i>	<i>P 1</i>	<i>P 2</i>	<i>P 3</i>	<i>P 4</i>	<i>P 5</i>	<i>P 6</i>
Não Concordo Totalmente	3	2	1	2	2	1
Não Concordo Parcialmente	1	5	3	6	5	4
Indiferente	1	1	3	1	2	3
Concordo Parcialmente	15	13	10	16	17	12
Concordo Totalmente	20	19	23	15	14	20

Fonte: Wanderley, 2016

A tabela 3 mostra que a maioria dos docentes acredita na relevância da modalidade no que diz respeito à melhoria na assimilação dos conteúdos por parte dos discentes. Também crê que o avanço dessa modalidade vem ao encontro da função social do campus, que é dar condições de permanência e continuidade de forma que os estudantes se mantenham motivados

e não desistam. A aplicabilidade da modalidade a distância, segundo os pesquisados, mostra-se significativa.

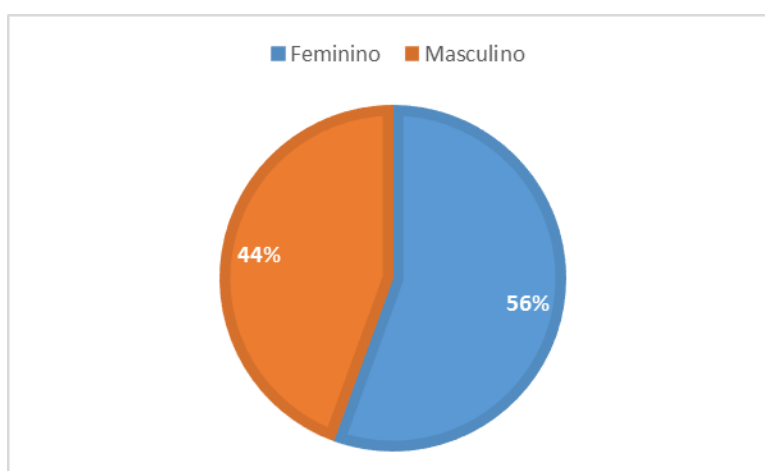
Nas questões relacionadas à utilização da metodologia como forma de auxiliar na diminuição do índice de evasão nos cursos superiores e se a sua regulamentação nos PPC's poderá estimular os estudantes na organização eficiente do tempo de estudo deles, a maioria dos atores concorda parcialmente.

Nesse contexto, a maioria dos docentes, sendo 50%, concorda totalmente e 27% concorda parcialmente que a aplicação dos 20% da modalidade a distância nos cursos superiores poderá impactar na economia dos gastos da instituição com ar condicionado, água, luz, bolsa estudantil etc.

4.3. A percepção dos discentes

Após analisar os resultados dos docentes, será apresentado em seguida o resultado da pesquisa realizada com os discentes. Primeiramente será apresentado o gráfico contendo informações sobre o sexo dos alunos pesquisados, em seguida serão analisadas as tabelas dos seguintes temas: Regulamentação da modalidade EaD; Aplicabilidade e utilização da modalidade e ainda sobre a Relevância dessa modalidade na ótica dos discentes.

Gráfico 4: Perfil do gênero dos discentes



Fonte: Wanderley, 2016

A) Regulamentação da Modalidade EaD

- **Pergunta 1** - Concorda com a portaria 4059/2004 instituída pelo MEC que regulamenta as Instituições de Ensino Superior em ofertar disciplinas na modalidade semipresencial em cursos presenciais?
- **Pergunta 2** - Na sua opinião a não regulamentação das práticas orientada pela portaria 4059/2004 se dá pelo não conhecimento dos gestores e docentes da referida?
- **Pergunta 3** - Na sua opinião a não regulamentação das práticas orientada pela portaria 4059/2004 se dá pelo não comprometimento dos gestores e docentes com a metodologia?
- **Pergunta 4** - Acredita que o Projeto Pedagógico do seu curso - PPC traz informações clara sobre a regulamentação da modalidade EaD como proposto pela portaria 4059/2004 publicada pelo MEC?
- **Pergunta 5** - Acredita que os documentos institucionais do IFTO trazem informações clara sobre a regulamentação da modalidade EaD como proposto na portaria 4059/2004 publicada pelo MEC?
- **Pergunta 6** - Concorda que 20% da utilização da modalidade EaD é suficiente para suprir a necessidade dessa metodologia de ensino nos cursos superiores?
- **Pergunta 7** - Concorda que 20% da modalidade EaD deve ser regulamentada nos PPC's em uma ou outra unidade curricular do curso?
- **Pergunta 8** - Concorda que ao invés de utilizar todo percentual autorizado pela portaria em uma ou outra unidade curricular fosse distribuído no curso como um todo?

Tabela 4: Regulamentação da Modalidade EaD

Regulamentação da Modalidade EaD	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8
Não Concordo								
Totalmente	4	6	9	12	13	7	7	9
Não Concordo								
Parcialmente	4	4	6	5	10	6	7	6
Indiferente	10	13	11	10	10	7	8	4
Concordo Parcialmente	18	17	12	16	4	12	13	13
Concordo Totalmente	9	5	7	2	8	13	10	13

Fonte: Wanderley, 2016

Em relação à percepção dos 45 pesquisados do público discente, 18 destes concordam parcialmente com a forma de regulamentação da oferta de 20% em modalidade a distância proposta pela portaria 4.059/2004 instituída pelo MEC, mas 10 destes desconhecem ou são indiferentes ao regulamento. Quando se remete à não utilização da modalidade, a maioria dos discentes (16) concorda parcialmente que essa realidade acontece pelo não comprometimento dos gestores e docentes com a metodologia. Já em relação à suficiência da quantidade do percentual utilizado a distância, a maioria deles (13) concorda totalmente que é suficiente. Contudo com base em toda a análise da tabela, observa-se que os discentes não se sentem seguros quando se referem à forma que a modalidade deve ser oferecida dentro dos cursos.

B) Aplicabilidade e Utilização da Modalidade EaD

- **Pergunta 1** - Você concorda que os 20% de utilização em modalidade EaD deveriam ser aplicados totalmente por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA?
- **Pergunta 2** - Acredita que a execução de trabalhos ou atividades acadêmicas fora do ambiente físico da instituição como (Redes Sociais, whatsapp, facebook, casa do aluno etc.) é uma forma de utilização da metodologia a distância?
- **Pergunta 3** - Concorda que o uso dos 20% na modalidade a distância nos cursos superiores presenciais possa corroborar com a efetivação do processo de aprendizagem do educando?
- **Pergunta 4** - Acredita que o uso da modalidade a distância, nos cursos presenciais, irá beneficiar sobretudo os docentes que se ausentam das atividades educacionais presenciais?
- **Pergunta 5** - Acredita que a não aplicabilidade da modalidade EaD nos cursos presenciais se dá por falta de incentivo à capacitação ou pela preparação oferecida pela instituição aos docentes?
- **Pergunta 6** - Concorda que a comunidade acadêmica está preparada de forma cultural para receber essa nova modalidade de ensino?
- **Pergunta 7** - Concorda que a não aplicabilidade da modalidade EaD pode se dar por falta de um programa de política pública, no campus, que condicione fisicamente e estruturalmente a metodologia?

Tabela 5: Aplicabilidade e Utilização da Modalidade EaD

<i>Aplicabilidade e Utilização da Modalidade EaD</i>	<i>P 1</i>	<i>P 2</i>	<i>P 3</i>	<i>P 4</i>	<i>P 5</i>	<i>P 6</i>	<i>P 7</i>
Não Concordo Totalmente	6	6	5	7	7	6	6
Não Concordo Parcialmente	7	6	5	4	7	8	7
Indiferente	9	6	5	7	8	5	7
Concordo Parcialmente	14	11	23	9	12	18	13
Concordo Totalmente	9	16	7	18	11	10	12

Fonte: Wanderley, 2016

Sobre a aplicabilidade e a utilização da modalidade EaD (tabela 5), os discentes concordam parcialmente que os 20% de utilização em modalidade a distância deveriam ser aplicados totalmente através de um AVA e afirmam que as redes sociais podem ser uma forma de utilização da metodologia, corroborando assim com a efetivação do processo de aprendizagem. A maioria concorda que a comunidade acadêmica se encontra preparada culturalmente para receber essa nova modalidade de ensino. E crê ainda que a não aplicabilidade da modalidade nos cursos presenciais é devido à falta de incentivo à capacitação ou preparação dos docentes por parte da instituição, além da falta de programas de políticas públicas que deem condições físicas e estruturais para a inserção dessa metodologia.

C) Relevância da Modalidade EaD

- **Pergunta 1** - Acredita que a aplicação da modalidade EaD nos cursos presenciais beneficiará o estudante com uma melhor assimilação dos conteúdos, aumentando assim seus conhecimentos?
- **Pergunta 2** - Concorda que a aplicação da EaD nos cursos vem ao encontro da função social do campus Palmas que é dar condições de permanência e continuidade de forma que motive o estudante?
- **Pergunta 3** - Concorda que a oferta da modalidade a distância terá relevância para o avanço do conhecimento tecnológico?
- **Pergunta 4** - Acredita que a utilização da metodologia a distância poderá auxiliar na diminuição do índice de evasão nos cursos superiores pelo fato de essa modalidade propiciar conteúdo e estudo programado, mesmo estando professor e estudante em tempos e espaços diferentes?

- **Pergunta 5** - Acredita que a regulamentação da modalidade EaD nos PPC's será relevante para estimular o estudante na organização eficiente de seu tempo de estudo?
- **Pergunta 6** - Concorde que a aplicação dos 20% da modalidade a distância nos cursos superiores poderá impactar na economia dos gastos públicos da instituição como com ar condicionado, água, luz, bolsa estudantil etc.?

Tabela 6: Relevância da Modalidade EaD

<i>Relevância da Modalidade EaD</i>	<i>P 1</i>	<i>P 2</i>	<i>P 3</i>	<i>P 4</i>	<i>P 5</i>	<i>P 6</i>
Não Concordo Totalmente	8	3	3	5	4	6
Não Concordo Parcialmente	5	7	4	4	5	6
Indiferente	6	5	3	2	7	2
Concordo Parcialmente	18	16	17	16	15	10
Concordo Totalmente	8	14	18	18	14	21

Fonte: Wanderley, 2016

A tabela 6 mostra que a maioria dos discentes concorda ou acredita na sua relevância. Uma certa parcela crê que a modalidade EaD nos cursos presenciais os beneficiará em uma melhor assimilação dos conteúdos, aumentando assim seus conhecimentos e lhes dará condições de permanência, continuidade e motivação nos estudos.

Um fato relevante é que a maioria dos estudantes acredita que esta metodologia poderá auxiliar na diminuição do índice de evasão nos cursos superiores, sobretudo no estímulo à eficiência e organização de seu tempo de estudo. E, ainda que a aplicabilidade dos 20% da modalidade a distância poderá impactar na economia dos gastos públicos da instituição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal Brasileira relata que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e deixa claro no seu artigo 205 que deverá ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” A garantia do direito existe em lei, mas os diversos obstáculos que os cidadãos precisam ultrapassar para alcançarem algum nível de escolaridade e então serem cidadãos profissionalizados não são menores.

A realidade dos atores acadêmicos do campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins mostra alguns desses obstáculos. A grande maioria é de estudantes trabalhadores inseridos na realidade estressante do dia a dia. Situações como a distância territorial, a não agilidade na locomoção, o horário de oferta e a carga horária dos cursos geram desmotivação, elevados índices de desistência, dificuldades de assimilação dos conteúdos, entre outros fatores que se refletem na não permanência e na dificuldade de êxito do aluno nos cursos de tecnologia do IFTO.

Mediante essa análise da realidade, pensou-se em uma pesquisa sobre **a oferta da modalidade EaD nos Cursos Superiores em Tecnologia no Campus Palmas do IFTO** a fim de explorar uma nova metodologia de ensino. Nesse contexto, a pesquisa foi realizada em formato de estudo de caso e teve como objeto os documentos regulamentadores da educação superior e os atores diretamente envolvidos nos cursos de tecnologia do campus Palmas.

O objetivo foi analisar, investigar e averiguar a aplicabilidade e utilização da modalidade EaD nos cursos tecnológicos regulamentados pela portaria 4.059 de 10/12/2004 que autoriza as Instituições do Sistema Federal de Ensino a introduzir, na sua organização pedagógica e curricular dos cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem métodos não presenciais, na qual a porcentagem permitida não pode exceder 20% do total da carga horária do curso. Além disso, foi proposto verificar a relevância da modalidade EaD nos cursos tecnológicos junto a seus públicos.

Esse trabalho teve como *corpus* os atores dos quatro cursos de tecnologia ofertados no Campus Palmas – IFTO, sendo eles: Curso Superior em Tecnologia em Agronegócios, em Gestão Pública, em Gestão em Turismo e em Sistemas para Internet.

Esse estudo revelou como a comunidade acadêmica compreende e pensa sobre a aplicabilidade da educação a distância dentro dos cursos presenciais e se essa metodologia pode proporcionar aos docentes e discentes, mesmo separados fisicamente no espaço e no tempo, a

efetivação de trabalhos e estudos através do uso de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação especificamente colocadas a serviço da educação.

Foi pensando como gestora pública que esse desafiador estudo realizado no IFTO campus Palmas teve como proposta transformar as hipóteses em ciência e transpor as percepções para resultados para que possam contribuir com alternativas na escolha de projetos ou de políticas públicas educacionais e institucionais. Sendo assim, chegou-se à conclusão que os atores que influenciam as escolhas das políticas públicas para solucionar problemas concordam que a aplicação dos 20% da modalidade a distância nos cursos superiores terá um impacto favorável nos princípios da gestão pública e na economicidade dos gastos da instituição.

Outro entendimento dos atores sobre a relevância da modalidade a distância foi que todos concordam que tal aplicabilidade poderá influir no alcance do êxito das políticas sociais do campus Palmas motivando e dando condições de permanência e continuidade nos estudos. E, sobretudo, acreditam que a utilização da metodologia a distância poderá auxiliar na diminuição do índice de evasão nos cursos superiores, pelo fato de essa modalidade propiciar conteúdo e estudo programado, mesmo estando professor e estudante em tempos e espaços diferentes.

Outro feito que os dados traduziram foi o fato de os atores concordarem que mesmo desconhecendo o regulamento desta oferta nos documentos institucionais, acreditam que deve ser ofertada totalmente através de um AVA e concordam que 20% da utilização da modalidade a distância é suficiente para suprir as necessidades dos docentes e discentes quanto ao ensino e aprendizagem. Contudo não existe uma segurança por parte destes quanto à forma como deve ser regulamentada nos PPC's no sentido de utilizar todo percentual autorizado pela portaria em uma ou mais unidades curriculares totalmente a distância ou ser diluída entre a carga horária do período. O que não impede de a comunidade acadêmica acreditar que está preparada culturalmente para receber tal modalidade. Mesmo professores e alunos não estando juntos fisicamente, encontram-se conectados. A educação a distância troca o contato físico pelo virtual, vencendo barreiras de espaço e tempo.

Para tanto, os atores acreditam que a EaD é uma modalidade primordial, visto que a demanda para o aprimoramento profissional é um fato hoje, e a educação a distância apresenta-se como uma modalidade capaz de contribuir para este aprimoramento além dos limites de uma sala de aula convencional.

A aposta dos atores é que esse modelo a distância proporcionará melhor assimilação dos conteúdos. Com isso, os conhecimentos acadêmicos aumentam. Ela também oferecerá aos

discentes condições de permanência, continuidade e motivação nos estudos. Esses fatores vêm ao encontro de uma das estratégias fundamentais na educação a distância que é o aluno vencer o desafio de estudar sozinho, obtendo autonomia no seu ato de aprender. Para isso, ele precisa desenvolver a habilidade de ter uma aprendizagem autônoma.

Outro fato relevante registrado é que a maioria dos estudantes também acredita que essa metodologia poderá auxiliar na diminuição do índice de evasão nos cursos superiores, sobretudo no estímulo à eficiência e organização de seu tempo de estudo. Para observar o impacto se a proposta da portaria 4.059/2004 for utilizada, foi feita uma simulação da oferta em um curso com carga horária de 2, 7 mil horas com oferta em seis períodos. Mediante os cálculos, foi constatado que poderiam ser regulamentados no máximo 540 horas a distância. Assim seria 90 horas a distância por semestre. Considerando que as aulas são de uma hora para cada disciplina, na semana haveria quatro horas a distância. Dessa forma, um dia poderia ser totalmente a distância.

Por fim, esse estudo foi um desafio como pesquisadora, pois as dificuldades encontradas para a concretização do mesmo foram muitas. A gratificação foi quando as respostas viabilizaram a pesquisa.

O grande desconhecimento sobre a existência da portaria regulamentadora da modalidade a distância instituída pelo MEC por parte da maioria dos professores pesquisados aponta que a aplicabilidade e a divulgação desta no contexto acadêmico atual do campus Palmas não estão sendo possíveis devido a instâncias superiores. Fato que pode ser comprovado pelos documentos que orientam e regulamentam os projetos pedagógicos dos cursos, pois esses não mencionam o percentual de 20% a distância permitido dentro dos cursos presenciais.

Essa questão remete à conclusão que a educação não necessita somente de programas de políticas públicas que ofereçam condições físicas e estruturais para a metodologia no campus, como concordaram os pesquisados. O desafio maior está na preparação da comunidade acadêmica para receber a educação a distância, pois conscientização da necessidade já existe. Vale destacar algumas vantagens da aprendizagem autônoma, de acordo com CARVALHO (1994), quando se utiliza a modalidade a distância:

- Permite ao aluno aprender melhor e buscar maior aprofundamento nos assuntos de seu interesse, uma vez que o professor, diante das exigências curriculares institucionais e o tempo disponível, desenvolve conteúdo considerado essencial, não lhe permitindo condições de atender as opções dos alunos.

- Contribuir para enriquecer os conhecimentos dos alunos. Podemos perceber por exemplo, quando o professor respeita as diversas opiniões dos alunos sobre um mesmo assunto.
- O aluno aprende a se libertar da dependência do professor e passa a descobrir formas alternativas de construir o conhecimento.

Desta forma, conclui-se que trabalhar a autonomia do ato de aprender independente da modalidade de ensino é um grande desafio e a educação a distância proporciona essa formação do indivíduo autônomo, crítico e criativo e um cidadão que não pensa de forma fragmentada, mas de forma global e sistematizada. Só assim seremos sujeitos de nossa própria aprendizagem e transformadores de problemas públicos em políticas públicas que de fato fazem a diferença na gestão local, estreitando o espaço que existe entre a legalidade e a aplicabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, K. M. *et al.* **Educação a Distância: práticas, reflexões e cenários plurais**. 1ª Edição. Cuiabá. Central de texto: EdUFMT. 2009, 118 p.
- ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric M; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, 2009.
- BABBIE, E. R. **Métodos de pesquisas de survey**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 519 p.
- BLOOM, B. S. et al. **Taxionomia de Objetivos Educacionais**. Vol. 1 (domínio cognitivo), 1ª edição. Porto Alegre. Editora Globo, 1973. 199 p.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Lei nº 5.692/71, de 11 de Agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
- BRASIL, Ministério da educação e do desporto. *Lei nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL, Presidência da República - Casa Civil. *Decreto Nº 7.589, de 26 de outubro de 2011*.
- BRASIL. Lei nº11.892 de 28 de dezembro de 2008, sobre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, acesso em 04/04/2015.
- BRASIL. Ministério da educação e do Desporto. *Lei nº 4.024/61, de 20 de Dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª edição. São Paulo. Prentice Hall, 2007. 158 p.
- CARVALHO, Iêda Matos Freire. Aprendizagem Autônoma, Epistemologia Genética e Prática Pedagógica. Artigo não publicado, 1994.

DELORS, J. 2003. Disponível em <http://infoutil.org/4pilares/text-cont/delors-pilares.htm>. Acesso em: 17/02/2015.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 1ª edição. São Paulo: Editora Cortez. UNESCO. MEC. 1998. 281 p.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 1ª Edição. São Paulo. Cortez Editora, 2006. 272 p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/proen.php#>, acesso em 01/04/2015.

IFTO. **Histórico da Instituição**. Página Institucional. Novembro de 2011. Disponível em <http://palmas.ifto.edu.br/index.php/sobre> , acesso em 28/04/2015.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Maciel (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 461 p.

MAIA, C. e MATTAR, J. **ABC da EaD: educação a distância hoje**. 1ª edição. Pearson Education do Brasil, São Paulo, 2008. 138 p.

MAIA, C.; MATTAR, João. ABC da EaD: a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2002. 514 p.

MARCHETTI, A.P.C. **Se o seu professor sumiu - procure-o na rede**. Revista Claretiana. 13º Volume, nº 3, p. 68-75. 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. 2005. Acesso em: 18/02/2015.

MELO, R N. **Introdução a Educação a Distância. Tutorial Sobre Educação a Distância**. Coordenação de Educação a Distância - PUC - RJ. Disponível em:<<http://www.cead.puc.rio.br>>. Acesso em 18/02/2015.

MEC. **Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 17/03/15. 2009.

NISKIER, A. **LDB A Nova Lei da Educação**. 4ª edição. Edições Consultor, São Paulo, 1997. 305 p.

RAABE, A.; GIRAFFA, L.M. **Ambiente para Construção de Materiais Instrucionais Apoiados por Vídeo**. Disponível em <http://www.sbc.org.br>, acesso em 18/02/2015.

ROCHA, Iraci Nascimento de Oliveira. **Possibilidades e Limites da Educação a Distância**. Publicado em 27 de fevereiro de 2015 em: <http://www.webartigos.com/artigos/possibilidades-e-limites-da-educacao-a-distancia/130044/#ixzz3bGadUrdL>. Acesso em 25/05/2015.

SILVA, GISLENE MAGALI DA. **O processo da institucionalização da educação a distância no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins- IFTO**. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas. 2013. 178 f.

SOUZA, A. M. et al. **Educação Superior a Distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)**. 1ª edição. Brasília. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. 2009. 260 p.

SOUZA, P. N. P. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro**. 1ª edição. São Paulo. Ed. Pioneira. 1991. 206 p.

UFSC, e-Tec Brasil **Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos e-Tec Brasil (SAAS)**. Disponível em <http://www.etec.ufsc.br>. Acesso em: 18/03/2015.

ANEXOS

Anexo I - Portaria 4.059/2004

PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004

(DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34)

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 81 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 1o do Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, resolve:

Art. 1º. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria.

§ 1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.

§ 3º. As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais.

§ 4º. A introdução opcional de disciplinas previstas no caput não desobriga a instituição de ensino superior do cumprimento do disposto no art. 47 da Lei no 9.394, de 1996, em cada curso superior reconhecido.

Art. 2º. A oferta das disciplinas previstas no artigo anterior deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.

Art. 3º. As instituições de ensino superior deverão comunicar as modificações efetuadas em projetos pedagógicos à Secretaria de Educação Superior - SESu -, do Ministério da Educação - MEC -, bem como inserir na respectiva Pasta Eletrônica do Sistema SAPIEns, o plano de ensino de cada disciplina que utilize modalidade semipresencial.

Art. 4º. A oferta de disciplinas na modalidade semi-presencial prevista nesta Portaria será avaliada e considerada nos procedimentos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos da instituição.

Art. 5º. Fica revogada a Portaria nº 2.253/2001, de 18 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2001, Seção 1, páginas 18 e 19.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

APÊNDICES

APÊNDICE A- Carta de solicitação para realização da pesquisa no campus Palmas

Palmas, 1º de dezembro de 2015

Ao Senhor
Octaviano Sidney Furtado
Diretor do campus Palmas/IFTO

Senhor Diretor,

Venho formalmente pedir autorização para que estudante Maiza Dias Wanderley, CPF nº012900301-89, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Palmas/IFTO, possa realizar uma pesquisa junto aos discentes e docentes dos cursos superiores de Tecnologia em Agronegócio, Gestão Pública, Gestão em Turismo e Sistemas para Internet como objetivo de buscar dados para seu trabalho de conclusão de curso - TCC intitulado “A oferta da modalidade EaD nos cursos superiores em Tecnologia no Campus Palmas do IFTO” sob a minha orientação.

Atenciosamente,

Gislene Magali da Silva
Prof.^a Ma. da área de Gestão e Negócios
SIAPE:1345656

APÊNDICE B - Questionário utilizado para coleta de dados da pesquisa - Professores

Essa é uma pesquisa destinada a coleta de dados referente ao trabalho de conclusão do curso de Gestão Pública do Campus Palmas IFTO, que tem como objetivo analisar a "oferta da modalidade a distância nos cursos superiores em tecnologia no campus Palmas no IFTO" sob orientação da prof. Ma. Gislene Magali da Silva. Diante do exposto pedimos que analise as questões a seguir entendendo que estas irão fomentar uma pesquisa acadêmica. Agradecemos desde já a disposição empenhada em uma pesquisa que poderá contribuir com os projetos pedagógicos institucionais.

Sexo () Feminino () Masculino
Formação () Graduação () MBA/ Pós-Graduação () Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado
Tempo de Serviço no Campus palmas () Até 1 ano () 1 a 3 anos () 4 a 7 anos () 8 a 11 anos () 12 ou mais anos
QUESTIONÁRIO
A) Regulamentação da modalidade EaD. 1. Concorda com a portaria 4059/2004 instituída pelo MEC em 2004 que regulamenta as Instituições de ensino superior em ofertar disciplinas na modalidade semipresencial em cursos presenciais? () Não Concordo Totalmente () Não Concordo Parcialmente () Indiferente () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente 2. Na sua opinião a não regulamentação das práticas orientada pela portaria 4059/2004 se dá pelo não conhecimento dos gestores e docentes da portaria? () Não Concordo Totalmente () Não Concordo Parcialmente () Indiferente () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente

3. Na sua opinião a não regulamentação das práticas orientada pela portaria 4059/2004 se dá pelo não comprometimento dos gestores e docentes com a metodologia?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

4. Acredita que o Projeto Pedagógico do seu Curso - PPC traz informações clara sobre a regulamentação da modalidade EaD como proposto pela portaria 4059/2004 publicada pelo MEC?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

5. Acredita que os documentos institucionais do IFTO trazem informações clara sobre a regulamentação da modalidade EaD como proposto pela portaria 4059/2004 publicada pelo MEC?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

6. Concorda que 20% da utilização da modalidade EaD é suficiente para suprir a necessidade dessa metodologia de ensino no curso superior?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

7. Concorda que os 20% da modalidade EaD devem ser regulamentados nos PPC's em uma ou outra unidade curricular do curso?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

8. Concorda que ao invés de utilizar todo percentual autorizado pela portaria em uma ou outra unidade curricular fosse distribuído no curso como um todo?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

B) Aplicabilidade e Utilização

1. Você concorda que os 20% de utilização em modalidade EaD deveria ser aplicado totalmente por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

2. Acredita que a execução de trabalhos ou atividades acadêmicas fora do ambiente físico da Instituição como (Redes sociais, whatsapp, facebook, casa do aluno, etc.) é uma forma de utilização da metodologia a distância?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

3. Concorda que o uso dos 20% na modalidade a distância nos cursos superiores presenciais possa corroborar com a efetivação do processo de aprendizagem do educando?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente

☐ Concordo Parcialmente

4. Acredita que o uso da modalidade a distância, nos cursos presenciais, irá beneficiar, sobretudo, aos docentes que se ausentam das atividades educacionais presenciais?

☐ Não Concordo Totalmente

☐ Não Concordo Parcialmente

☐ Indiferente

☐ Concordo Totalmente

☐ Concordo Parcialmente

5. Acredita que a não aplicabilidade da modalidade EaD nos cursos presenciais se dá por falta de incentivo a capacitação ou preparação oferecida pela Instituição aos docentes?

☐ Não Concordo Totalmente

☐ Não Concordo Parcialmente

☐ Indiferente

☐ Concordo Totalmente

☐ Concordo Parcialmente

6. Concorda a comunidade acadêmica está preparada de forma cultural para receber essa nova modalidade de Educação?

☐ Não Concordo Totalmente

☐ Não Concordo Parcialmente

☐ Indiferente

☐ Concordo Totalmente

☐ Concordo Parcialmente

7. Concorda que a não aplicabilidade da modalidade EaD pode se dar por falta de um programa de política pública, no campus Palmas, que condicione fisicamente e estruturalmente a metodologia?

☐ Não Concordo Totalmente

☐ Não Concordo Parcialmente

☐ Indiferente

☐ Concordo Totalmente

☐ Concordo Parcialmente

C) Relevância da Modalidade

1. Acredita que a aplicação da modalidade EaD nos cursos presenciais beneficiará ao estudante em uma melhor assimilação dos conteúdos aumentando assim seus conhecimentos?

☐ Não Concordo Totalmente

- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

2. Concorda que a aplicação da EaD nos cursos vem ao encontro com a função social do campus palmas que é dar condições de permanência, continuidade de forma motivada para o estudante?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

3. Concorda que a oferta da modalidade a distância terá relevância para o avanço do conhecimento tecnológico?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

4. Acredita que a utilização da metodologia a distância poderá auxiliar na diminuição do índice de evasão nos cursos superiores. Pelo fato dessa modalidade propiciar o estudo e o conteúdo programado, mesmo estando professor e estudante em tempos e espaços diferentes?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

5. Acredita que com a regulamentação da modalidade EaD nos PPC's será relevante para estimular o estudante na organização eficiente de seu tempo de estudo?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

6. Acredita que com a aplicação dos 20% da modalidade a distância nos cursos superiores poderá impactar na economia dos gastos públicos da Instituição como com (ar condicionado, água, luz, bolsa estudantil, etc.)?

- () Não Concordo Totalmente
 () Não Concordo Parcialmente
 () Indiferente
 () Concordo Totalmente
 () Concordo Parcialmente

APÊNDICE C - Questionário utilizado para coleta de dados da pesquisa- Alunos

Essa é uma pesquisa destinada a coleta de dados referente ao trabalho de conclusão do curso de Gestão Pública do Campus Palmas IFTO, que tem como objetivo analisar a "oferta da modalidade a distância nos cursos superiores em tecnologia do campus Palmas no IFTO" sob orientação da prof. Ma. Gislene Magali da Silva. Diante do exposto pedimos que analise as questões a seguir entendendo que estas irão fomentar uma pesquisa acadêmica. Agradecemos desde já a disposição empenhada em uma pesquisa que poderá contribuir com os projetos pedagógicos institucionais.

OBS: A portaria 4059/2004 afirma em seu 1º artigo que as instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria.

Sexo

() Feminino () Masculino

QUESTIONÁRIO

A) Regulamentação da modalidade EaD.

1. Concorda com a portaria 4059/2004 instituída pelo MEC em 2004 que regulamenta as Instituições de ensino superior em ofertar disciplinas na modalidade semipresencial em cursos presenciais?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

2. Na sua opinião a não regulamentação das práticas orientada pela portaria 4059/2004 se dá pelo não conhecimento dos gestores e docentes da portaria?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

3. Na sua opinião a não regulamentação das práticas orientada pela portaria 4059/2004 se dá pelo não comprometimento dos gestores e docentes com a metodologia?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

4. Acredita que o Projeto Pedagógico do seu Curso - PPC traz informações clara sobre a regulamentação da modalidade EaD como proposto pela portaria 4059/2004 publicada pelo MEC?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

5. Acredita que os documentos institucionais do IFTO trazem informações clara sobre a regulamentação da modalidade EaD como proposto pela portaria 4059/2004 publicada pelo MEC?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

6. Concorda que 20% da utilização da modalidade EaD é suficiente para suprir a necessidade dessa metodologia de ensino no curso superior?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

7. Concorda que os 20% da modalidade EaD devem ser regulamentados nos PPC's em uma ou outra unidade curricular do curso?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

8. Concorda que ao invés de utilizar todo percentual autorizado pela portaria em uma ou outra unidade curricular fosse distribuído no curso como um todo?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

B) Aplicabilidade e Utilização

1. Você concorda que os 20% de utilização em modalidade EaD deveria ser aplicado totalmente por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

2. Acredita que a execução de trabalhos ou atividades acadêmicas fora do ambiente físico da Instituição como (Redes sociais, whatsapp, facebook, casa do aluno, etc.) é uma forma de utilização da metodologia a distância?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

3. Concorda que o uso dos 20% na modalidade a distância nos cursos superiores presenciais possa corroborar com a efetivação do processo de aprendizagem do educando?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

4. Acredita que o uso da modalidade a distância, nos cursos presenciais, irá beneficiar, sobretudo, aos docentes que se ausentam das atividades educacionais presenciais?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

5. Acredita que a não aplicabilidade da modalidade EaD nos cursos presenciais se dá por falta de incentivo a capacitação ou preparação oferecida pela Instituição aos docentes?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

6. Concorda a comunidade acadêmica está preparada de forma cultural para receber essa nova modalidade de Educação?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

7. Concorda que a não aplicabilidade da modalidade EaD pode se dar por falta de um programa de política pública, no campus Palmas, que condicione fisicamente e estruturalmente a metodologia?

- ☐ Não Concordo Totalmente

- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

C) Relevância da Modalidade

1. Acredita que a aplicação da modalidade EaD nos cursos presenciais beneficiará ao estudante em uma melhor assimilação dos conteúdos aumentando assim seus conhecimentos?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

2. Concorda que a aplicação da EaD nos cursos vem ao encontro com a função social do campus palmas que é dar condições de permanência, continuidade de forma motivada para o estudante?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

3. Concorda que a oferta da modalidade a distância terá relevância para o avanço do conhecimento tecnológico?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

4. Acredita que a utilização da metodologia a distância poderá auxiliar na diminuição do índice de evasão nos cursos superiores. Pelo fato dessa modalidade propiciar o estudo e o conteúdo programado, mesmo estando professor e estudante em tempos e espaços diferentes?

- ☐ Não Concordo Totalmente
- ☐ Não Concordo Parcialmente
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo Totalmente
- ☐ Concordo Parcialmente

5. Acredita que com a regulamentação da modalidade EaD nos PPC's será relevante para estimular o estudante na organização eficiente de seu tempo de estudo?

- () Não Concordo Totalmente
- () Não Concordo Parcialmente
- () Indiferente
- () Concordo Totalmente
- () Concordo Parcialmente

6. Acredita que com a aplicação dos 20% da modalidade a distância nos cursos superiores poderá impactar na economia dos gastos públicos da Instituição como com (ar condicionado, água, luz, bolsa estudantil, etc.)?

- () Não Concordo Totalmente
- () Não Concordo Parcialmente
- () Indiferente
- () Concordo Totalmente
- () Concordo Parcialmente